



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

GABRIEL RODRIGUES ALMEIDA

Entalhar a Independência na cidade: reformas urbanas e lugares de memória em
Belém do Pará (1840-1870)

ANANINDEUA
2025

GABRIEL RODRIGUES ALMEIDA

Entalhar a Independência na cidade: reformas urbanas e lugares de memória em Belém do Pará (1840-1870)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História da Universidade Federal do Pará/*Campus* Universitário de Ananindeua como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Júnior Ishihara Brito.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Adilson Junior Ishihara Brito (Orientador) - FHIST/CANAN

Prof. Dr. Cleodir da Conceição Moraes (Avaliador Externo) - EAUFPA

Profa. Dra. Eliana Ramos Ferreira (Avaliadora Externa) – EAUFPA

Data da defesa: 04/08/2025 - Aprovado

ANANINDEUA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A447 Almeida, Gabriel Rodrigues.
Entalhar a Independência na cidade : reformas urbanas e
lugares de memória em Belém do Pará (1840-1870) / Gabriel
Rodrigues Almeida. — 2025.
57 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Adilson Júnior Ishihara Brito
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Curso de História,
Ananindeua, 2025.

1. História Urbana. 2. Memória Histórica. 3.
Independência Brasileira. 4. Belém. 5. Ruas. I. Título.

CDD 981.15

*Dedico este trabalho à minha mãe,
Syleni, cujo amor, carinho e
confiança me deram forças para
chegar até aqui.*

Agradecimentos

Por muito tempo, eu estive ansioso para escrever especificamente esta parte deste trabalho. Afinal, são muitas as pessoas a quem eu devo agradecer, sem as quais eu não teria chegado até aqui e que me lembram como nós, humanos, precisamos uns dos outros.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, Syleni, por todo amor, carinho, força e paciência que teve comigo nesses últimos anos de graduação. Sem o seu apoio, eu jamais teria chegado a sequer entrar em uma Universidade. Sou imensamente grato à senhora, que sempre me disse, repetidas vezes, o quão importante era a educação. E veja só...virei um educador! Tudo isso, um dia, terá valido a pena. Eu lhe prometo. Agradeço também à minha querida irmã, Vitoria, cujo amor, apoio e incentivo também me deram muita força para chegar neste momento. Além disso, agradeço pelas nossas conversas, que sempre me ensinam alguma coisa, e pelas inúmeras vezes em que me ouviu falar sobre a história, com toda paciência e atenção. Eu amo vocês!

Agradeço também a toda a minha família, que desde o começo me deu muito apoio na minha escolha profissional. Apesar das vezes em que eu não pude ir para perto de vocês, no interior de Moju, por conta do trabalho ou da faculdade, vocês sempre me receberam com muito amor, açaí, goiaba, melancia, castanha, ingá e muitas conversas, as quais por vezes acabavam em boas risadas, sendo intermediadas por partidas de dominó e jogos de futebol no campinho que o meu avô fez com muito carinho. Ao seu Bento, meu avô, e à dona Maria, minha avó, toda a minha eterna gratidão e amor! Eu tenho a plena consciência de que, se eu cheguei até aqui, foi por conta do esforço e do trabalho de vocês lá no começo. Sou grato e sortudo por ter vocês. Às minhas tias, Cidilene e Silvinete, e ao meu tio, Raimundo, agradeço por todo cuidado que sempre tiveram por todos nós, os “oito netos”, sempre nos incentivando a estudar! Eu amo todos vocês!

Agradeço também aos meus colegas e amigos da turma 2020 por toda parceria que tivemos nesses últimos anos, em que uns deram força aos outros. Obrigado por compartilharem o dia a dia de vocês comigo, pelas nossas conversas e risadas, e por também me ensinarem. Sei que todos nós tínhamos os nossos próprios dilemas, e sei, ainda, que não foi fácil passar por esses anos de graduação. Porém, eu sei também que encontramos, por vezes, força um no outro para continuarmos em frente. Eu fico muito orgulhoso em ver que dessa turma, muitos bons profissionais saíram. Desejo toda a sorte do mundo na caminhada de vocês! Às minhas amigas Hellen e Giovanna, muito obrigado pelas nossas conversas, que me fizeram tão bem. Aos meus

amigos Fábio e Jefferson, do “Clube dos Românticos”, igualmente agradeço pela parceria nos trabalhos que fizemos, pela amizade e pelas nossas conversas.

Ao técnico, Matheus, às docentes, Anna Linhares, Siméia Lopes, Sidiana de Macêdo e Sueny de Souza, assim como aos docentes, Adilson Brito, Carlos Bastos, Francivaldo Nunes, Wesley Garcia e Wesley Kettle, todos da faculdade de história do Campus de Ananindeua, deixo registrado o meu profundo agradecimento. Obrigado pela paciência, dedicação e compromisso que tiveram conosco, sempre nos orientando, sempre nos ensinando e sempre dialogando, de maneira compreensiva. Agradeço, além disso, pelo que nos ensinaram, não só em relação ao aspecto profissional, mas também ao pessoal. Em especial, agradeço ao professor Adilson Brito, que tanto me ensinou, durante as experiências no PIBID, no PIBIC e durante a orientação para o TCC, e que teve também muita paciência comigo. Das nossas discussões virtuais durante a pandemia, guardo grandes ensinamentos, que me fizeram me apaixonar pelo ensino de história e que me inspiram, cotidianamente, a ser um bom professor. Obrigado por essas oportunidades! Sempre vou ser muito grato ao senhor!

Agradeço à Universidade Federal do Pará, da qual, com muito orgulho, eu sou um “filho”. Da mesma forma, agradeço à Capes, que me proporcionou a oportunidade de ser um pibidiano e de aprender muito mais sobre o ensino de história e sobre a educação, e à FAPESPA, que financiando a minha pesquisa através da bolsa PIBIC, possibilitou a continuidade deste estudo e, também, a minha satisfação em fazer ciência na Amazônia.

Agradeço ainda à minha amiga Thays, por acreditar em mim como professor, e me dá a oportunidade de dar os meus primeiros passos nesta linda profissão. Obrigado pela parceria, pela amizade e pela confiança! Serei, igualmente, sempre grato!

Viram? Muitas pessoas! Sem vocês, eu não estaria aqui, repito. Esse trabalho, apesar de levar o meu nome, carrega um pouco de todos vocês. É como aquela cena de uma das aberturas de Naruto, em que ele é empurrado por todos até alcançar a superfície. Me sinto assim hoje. Obrigado, muito obrigado!

*Na minha imaginação há, também, uma estrela
que me ajuda a reencontrar os caminhos da outra
Belém, a do Grão-Pará. E na cidade ela me guia
na procura sentimental de um mundo perdido.*

Leandro Tocantins

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de fabricação de lugares de memória da Independência brasileira no espaço urbano cidadão de Belém, enfocando, para isso, as reformas urbanas e os processos de renomeação e nomeação de ruas e travessas. Com isso, buscou-se apreender os significados simbólicos dessas intervenções urbanas, bem como os motivos que permearam essas ações, levadas a cabo, sobretudo, pelos administradores municipais da Câmara da cidade. Procuramos também demonstrar que a produção memorial da Independência brasileira no Pará foi centrada na construção do heroísmo de alguns integrantes do movimento independentista militar de 14 de abril de 1823. A metodologia de trabalho está ancorada na pesquisa e a análise das atas e dos ofícios da Câmara Municipal de Belém, entre as décadas de 1840 e 1870, disponíveis no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará “João de Palma Muniz”; dos relatórios de presidente de província, acessados a partir do site CRL Digital Delivery System, do Center for Research Libraries; e de periódicos, como o jornal O Liberal do Pará, alocado no endereço eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira.

Palavras-chave: História Urbana; Memória Histórica; Independência Brasileira; Belém; Ruas.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the process of making places of memory of Brazilian Independence in the urban space of Belém, focusing on urban reforms and the processes of renaming and naming streets and lanes. In doing so, we sought to grasp the symbolic meanings of these urban interventions, as well as the motives behind these actions, carried out above all by the city's municipal administrators. We also sought to demonstrate that the memorial production of Brazilian Independence in Pará was centered on the construction of the heroism of some members of the military independence movement of April 14, 1823. The work methodology is anchored in the research and analysis of the minutes and official documents of the Belém City Council, between the 1840s and 1870s, available in the Archives of the Historical and Geographical Institute of Pará “João de Palma Muniz”; the reports of provincial presidents, accessed from the CRL Digital Delivery System website, of the Center for Research Libraries; and periodicals, such as the newspaper O Liberal do Pará, located at the electronic address of the Brazilian Digital Library.

Keywords: Urban History; Historical Memory; Brazilian Independence; Belém; Streets

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFORMAS URBANAS NA BELÉM OITOCENTISTA.....	13
3. ESPAÇO URBANO E A FABRICAÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA.....	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
FONTES.....	52
REFERÊNCIAS.....	54

Entalhar a Independência na cidade: reformas urbanas e lugares de memória em Belém do Pará (1840-1870)*

Gabriel Rodrigues Almeida¹

1. INTRODUÇÃO

Em junho de 2021, a Câmara Municipal de Belém aprovou a mudança dos nomes das ruas 13 de Maio e Municipalidade para Zeno Veloso e Augusto Rezende, em homenagem ao jurista paraense e ao ex-prefeito da cidade, respectivamente (D'almeida, 2021). Para o autor da proposta, o vereador Zeca Pirão (MDB), a renomeação seria uma forma de homenagear personalidades que contribuíram para o crescimento da cidade. Tal exemplo, ademais, demonstra muito bem como a discussão entre memória e espaço permanece como um tema atual e, ao mesmo tempo, como diferentes memórias, em diferentes momentos, podem ser atribuídas ao espaço. Demonstra também como a prática de nomear uma rua está longe de ser algo inocente, tendo em vista o sentido político que essa ação tem (Dias, 2000). No caso dessas nomenclaturas, homenagear duas personalidades vistas como importantes para a história da cidade e do estado. Afinal, os nomes das ruas são uma forma de perenizar a história oficial. Portanto, são uma forma de construir ou de reforçar narrativas a respeito do passado, cuja socialização permite enraizar essas memórias em construção (Catroga, 2015).

Partindo dessa perspectiva, este Trabalho de Conclusão de Curso se propõe a analisar como a memória nacional, especialmente a da Independência, foi inscrita no espaço urbano de Belém do Pará por meio da toponímia, com ênfase nas reformas urbanas e nas nomeações e renomeações de logradouros entre as décadas de 1840 e 1870. Assim, buscou-se compreender os elementos que caracterizaram a fabricação memorial em Belém, bem como os acontecimentos que foram selecionados para que essa construção fosse realizada. Dessa maneira, além dos “grandes momentos” e dos “grandes personagens”, o foco recai sobre o movimento de caráter independentista ocorrido em Belém em 14 de abril de 1823 (Raiol, 2023),

* Este artigo é produto do plano de trabalho “Memória histórica e reformas urbanas: a fabricação da Independência na cidade de Belém do pós-Cabanagem”, vinculado ao projeto de pesquisa “Independência brasileira e história urbana: entre a memória e o esquecimento em Belém do Pará”, e desenvolvido entre 2023 e 2024 no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Pará (PIBIC - FAPESPA), sob orientação do Prof. Dr. Adilson Júnior Ishihara Brito.

¹ Discente do curso de licenciatura em história da Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua. E-mail: gabriel.rodrigues.almeida12@gmail.com.

cuja memória foi posteriormente recuperada na forma de nomes de ruas do bairro Umarizal. Por outro lado, se lugares de memória foram produzidos, a partir da memória oficial a respeito da trajetória do Império e da província, os lugares de esquecimento também foram se constituindo na capital do Grão-Pará.

Diante disso, a hipótese central deste trabalho é que, a partir de 1840, diante da necessidade de reforçar a unidade imperial após a Cabanagem (1835–1840), iniciou-se um processo de fabricação de uma memória histórica da província. Essa memória buscava ocultar o passado revoltoso, produzindo então o esquecimento, e enaltecer marcos simbólicos de união nacional, como a Independência, reproduzindo assim a memória histórica oficial. O 14 de abril, a partir de alguns dos seus integrantes, reinterpretado como ato “valioso serviço a causa da emancipação política do Império”, passou a integrar a narrativa oficial por meio da nomeação de ruas. Tal elaboração memorial, adiante, se deu em um contexto marcado pelas reformas urbanas em Belém, que buscaram conferir à cidade uma nova imagem.

A seguir, o estudo parte do entendimento de que a memória é o "que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado" (Nora *apud* Le Goff, 2013, p. 432). Em Belém, essa “permanência do passado no vivido dos grupos” se deu pela celebração daquilo que poderia ser enquadrado como os “grandes homens” e como os “grandes eventos” da história imperial, como a ruptura política com Portugal. Tal memória, ao ser retomada e socializada a partir dos espaços da cidade, passou a ser fixada como uma memória coletiva, na medida em que ela passou a ser uma representação, isto é, uma maneira de representar uma memória que, supostamente, seria comum a todos os membros do grupo (Candau, 2012).

Nesse processo, a memória expressa na capital por meio dos seus logradouros é interpretada como uma fabricação memorial, não por ela ser falsa ou inautêntica, mas por advir de uma determinada construção a respeito do passado que foi naquele momento retomado com vistas a reafirmar a harmonia e a unidade imperial na província. A memória, então, deve ser considerada como algo que é tanto instrumento quanto objeto de poder, algo que é expresso a partir da seleção “do que se recorda e do que, consciente ou inconscientemente, se silencia” (Catroga, 2015, p. 74).

Outrossim, a partir do momento em que essa memória é depositada nas ruas da cidade, os logradouros passam a ser concebidos como lugares de memória, ou seja, eles passam a figurar como depósitos da memória, tendo o dever de fixá-la e eternizá-la, evitando assim o esquecimento (Nora, 1993). No caso belenense, a memória a ser fixada foi a memória histórica do Império, que era reproduzida, e da província, que era produzida a partir de acontecimentos “locais” que eram retomados na forma de memória, como foi o caso do dia 14 de abril, e que

foram coloridos, já na década de 1860, com tons mais patrióticos, o que reforçava a unidade imperial na cidade.

Tal processo se deu em um contexto em que, a nível provincial, as lembranças recentes da Cabanagem (1835-1840) ainda se faziam presentes, tanto na memória dos paraenses, quanto no espaço físico da cidade, o que demandava reformas a serem realizadas pelo poder público. A nível nacional, essa fabricação memorial ocorre em um momento de consolidação do Estado nacional, em que se pretendeu também, principalmente a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), escrever uma história para o Império (Guimarães, 1988).

Nessa memória do povo paraense e da sua trajetória histórica, era preciso ocultar o passado revoltoso da Cabanagem, ao mesmo tempo em que se devia exaltar os heróis e os marcos da nação, como a emancipação política, tanto da província quanto do Império, formatando uma identidade nacional e regional em Belém do Pará e, assim, buscando uma coesão interna.

Para que isso ocorresse, a partir desse período, observou-se a opção por nomenclaturas que fizessem alusão à trajetória imperial e à memória oficial da Independência, que passavam a ser atreladas às vias, constituindo-as, assim, em lugares de memória (Nora, 1993), ou seja, passavam a abrigar uma memória oficial, servindo como um elemento exterior que além de conservar, também facilitaria a transmissão da memória, haja vista que ao fixá-la em um elemento material, ela poderia ser socializada (Candau, 2012). A fabricação memorial a partir da nomenclatura das ruas, dessa forma, atenderia a essa dupla ação: conservação e transmissão da memória.

Logo, a ideia aqui é que tais propostas de nomeação surgem com o objetivo de inscrever uma memória oficial em Belém. Adiante, tais propostas, segundo a hipótese levantada nesta pesquisa, advieram de projetos de vereadores municipais, isto é, partiram de representantes do poder político, possivelmente sem nenhuma discussão com a sociedade civil, sendo, dessa maneira, uma produção memorial urbana de uma elite política.

Em prosseguimento, para que o objetivo fosse alcançado, adotou-se como método a pesquisa e a análise das atas e dos ofícios da Câmara Municipal de Belém, entre as décadas de 1840 e 1870, disponíveis no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará “João de Palma Muniz”; dos relatórios de presidente de província, acessados a partir do site *CRL Digital Delivery System*, do *Center for Research Libraries* e de periódicos, como o jornal *O Liberal do Pará*, alocado no endereço eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Além disso, utilizou-se também os relatos dos viajantes que passaram por Belém no século XIX, o

que possibilitou a apreensão do contexto da cidade, alcançado a partir das descrições por eles realizadas.

Por fim, para a melhor compreensão do leitor, o texto foi estruturado a partir da seguinte forma: em um primeiro momento, o foco da discussão recaiu sobre o contexto belenense, entre 1840 e 1870, com destaque para as intervenções urbanas sobre as ruas da capital a partir das obras de reformas urbanas e da abertura de novas vias. No momento seguinte, discutiu-se a fabricação da memória nacional em Belém a partir dos espaços de circulação da cidade, com destaque para a memória da Independência do Brasil.

2. REFORMAS URBANAS NA BELÉM OITOCENTISTA

Nos anos posteriores à Cabanagem (1835-1840), mais especificamente da retomada de Belém, em 1836, ainda foi possível ver as marcas da revolta na cidade, principalmente na estrutura física. Nesse sentido, Magda Ricci (2016) destaca que a guerra, ocorrida durante o segundo assalto a cidade, entre julho e agosto de 1835, foi a mais terrível. Nela “a cidade de Belém foi retomada por cabanos e os brancos residentes na cidade foram expulsos ou mortos. A capital paraense foi amplamente bombardeada pelas embarcações estrangeiras e pelos navios Imperiais aportados em frente à cidade” (Ricci, 2016, p. 140).

Além disso, igrejas centrais, como a igreja da Sé e a igreja do Carmo, também foram tomadas, havendo ainda um confronto sangrento entre cabanos e anticabanos pela posse do Trem de Guerra e a tomada de prédios públicos e casas particulares. Os estabelecimentos de portugueses também não foram esquecidos, sendo ocupados e saqueados (Ricci, 2016). A Cabanagem, portanto, além de todo o impacto social e demográfico, tendo em vista a perda de 30 mil vidas, entre rebeldes e legais (Raiol, 2023), também deixou vestígios na estrutura física da capital da província do Grão-Pará.

Dessa maneira, os efeitos sobre a cidade, observados a partir dos relatos dos viajantes que passaram por Belém em meados do XIX, não são desprezíveis. Tomando tais testemunhos, é possível notar que mesmo após a retomada da cidade, os efeitos da Cabanagem ainda se fizeram presentes. Como exemplo disso, o missionário estadunidense Daniel P. Kidder², tendo estado

² Daniel Parish Kidder foi um missionário metodista estadunidense, nascido em 1815 e falecido em 1891. No final da década de 1830, esteve viajando pelo norte do Império, tendo como objetivo divulgar os princípios protestantes a partir da bíblia em língua portuguesa. A respeito da sua presença, na primeira metade do XIX, no Brasil, ver: NOMURA, Miriam do Prado Giacchetto Maia. Os relatos de Daniel Kidder e a polêmica religiosa brasileira na primeira metade do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.; KIDDER,

em Belém por volta de 1839, informou ainda ser possível ver vestígios da Cabanagem na cidade:

Percebem-se, ainda, no Pará os efeitos da revolução de 1835. Quase todas as ruas têm casas pontilhadas de balas ou varadas por projéteis de canhão. Algumas foram apenas ligeiramente avariadas, outras quase que completamente destruídas. Dentre estas últimas algumas foram restauradas, outras abandonadas. O Convento de Santo Antônio ficou de tal forma exposto ao canhoneio que ainda hoje exhibe muitos sinais de bala pelas paredes. Um dos projéteis destruiu a imagem colocada num alto nicho à frente do convento (Kidder, 2008, p. 207)

Entretanto, para o missionário, os efeitos da Cabanagem na cidade também poderiam ser vistos no abandono do Jardim Botânico³ e, pior ainda, no abandono de ruas, que passaram a estar cobertas pelo matagal, e de casas nos subúrbios da cidade, que se encontravam desocupadas (Kidder, 2008). A seguir, outro exemplo dos efeitos ainda visíveis pode ser observado a partir do relato feito pelo naturalista Henry W. Bates⁴, em 1848. Bates, após enveredar pelos subúrbios da cidade e chegar às margens do rio Una, próximo a sua foz, relata ter chegado a residência do senhor Danin, local que antes havia sido uma fazenda de gado.

Com as “desordens políticas”, muitos estabelecimentos nessa região haviam caído em decadência (Bates, 1944), retratando assim efeitos ainda visíveis nos subúrbios da cidade. Por sua vez, James C. Fletcher⁵ (1941), em “Brasil e os brasileiros”, informou, ainda em 1862, ter visto vestígios da rebelião nas fachadas de alguns prédios. Além disso, continuava o missionário, apesar dos habitantes mais antigos terem inapagáveis recordações da revolta e das suas cenas sangrentas, a maioria da população havia crescido sem essas recordações (Kidder; Fletcher, 1941).

Diante dos relatos dos viajantes estrangeiros que visitaram Belém nas décadas seguintes à Cabanagem, é possível observar que os efeitos da revolta ainda poderiam ser vistos na

Daniel P.. Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.; KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James C.. O Brasil e os brasileiros. 2 vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

³ O Jardim Botânico foi instalado em Belém em 1798, ainda pela coroa portuguesa. Seu uso, assim como a sua localização, mudou ao longo do tempo. Criado em um momento em que se buscava diversificar a atividades agrícolas na colônia, o Jardim funcionava como um entreposto no intercâmbio de espécies vegetais e como um local para a aclimação de espécies vindas da Guiana, exercendo assim uma importante atividade de pesquisa. Em 1839, o Jardim passou a ser administrado pelo governo provincial e, a partir disso, foi se transformando em um Jardim Público, assim perdendo o seu caráter experimental. Sendo o primeiro Jardim dessa espécie instalado na colônia portuguesa, foi extinto em 1873. Para mais informações, ver: SANJAD, Nelson. Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão Pará, 1796-1873. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

⁴ Henry Walter Bates foi um naturalista britânico nascido em 1825 e falecido em 1892. Esteve na Amazônia entre 1848 e 1859, residindo em cidades como Cameté, Santarém e Belém. Para ver mais: BATES, Henry Walter. O naturalista do rio Amazonas. 1 vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

⁵ James Cooley Fletcher foi um missionário metodista estadunidense nascido em 1823 e falecido em 1901. Esteve no Brasil entre 1851 e 1865, com um intervalo entre 1854 e 1855, quando esteve nos Estados Unidos, em trabalho evangélico. Para ver mais: KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James C.. O Brasil e os brasileiros. 2 vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

materialidade da cidade. As casas avariadas, os edifícios abandonados, o matagal tomando conta das ruas e a decadência das propriedades suburbanas são exemplos de como a revolta de 1835 impactou o espaço urbano.

Além disso, ao mesmo tempo em que os viajantes identificavam esses sinais ainda presentes, eles também observaram a existência, entre as gerações mais jovens, de um maior esquecimento, tendo em vista que elas cresceram sem ter uma relação direta com os acontecimentos de 1835.

Contudo, isso não significava a ausência de receios. Afinal, nesse momento, é preciso destacar que houve, por parte das autoridades locais, a implementação de ações que visaram ao controle social da população, especialmente da parcela não branca da província, demonstrando assim o temor que ainda havia de que novas revoltas pudessem acontecer. Nesse sentido, em 1838 foram formados os Corpos de Trabalhadores, que visavam a recrutar, compulsoriamente, a mão de obra de índios, mestiços e pretos livres sem propriedade e sem ocupação constante (Fuller, 2011). Com isso, objetivou-se arregimentar mão de obra para as obras públicas e particulares e, por outro lado, prevenir a vadiagem e a ociosidade, presentes, segundo a visão dos administradores provinciais, entre a população (Fuller, 2011). O trabalho, assim, seria uma maneira de combater tais “problemáticas”, que não estavam presentes no projeto de província pretendido pelas elites políticas.

Além disso, outra forma de controle social nos anos seguintes à Cabanagem pode ser pensada a partir do trabalho nas prisões, algo observável em meados do oitocentos em Belém. Nesse cenário, para Furtado e Muniz (2019), tal medida seria uma forma de não somente viabilizar obras públicas, como também disciplinar a população carcerária. Como lembram os autores, a prisão, principal tipo de pena instituída a partir do Código Criminal do Império de 1830, “representou um notável mecanismo de controle social num momento em que o Império se encontrava em processo de consolidação, abalado no bojo de tensões políticas, e com um enorme medo de revoltas aos moldes da Cabanagem” (Furtado & Muniz, 2019, p. 292).

Houve, portanto, uma enorme preocupação com o controle do elemento social na província, sobretudo das parcelas não brancas e dos sujeitos considerados “criminosos”. Nesse momento, o trabalho passou a ser concebido como uma maneira de formar uma “identidade de trabalhador”, baseada em um modelo europeu, para assim combater a ociosidade e a vadiagem (Fuller, 2011), ao mesmo tempo em que ele também foi tratado como uma forma de regenerar o criminoso (Furtado & Muniz, 2019).

Como é possível observar a partir dos relatos dos viajantes e das ações de controle social, a Cabanagem ainda se fazia “presente”, por meio das marcas visíveis na cidade e por meio do

receio das autoridades de que novas revoltas viessem a acontecer. Assim, nos anos posteriores ainda era possível ver na cidade e arredores alguns vestígios da revolta que tomou a cidade em 1835, o que demandou, por parte dos administradores, além das ações citadas acima, reformas a serem realizadas no espaço público citadino. Afinal, a cidade muito sofrera com os bombardeios e com os combates realizados nas ruas. Com isso, era possível ver em Belém “prédios em ruínas, escombros, desolação, desânimo” (Cruz, 1963, p. 491), além de serviços urbanos abandonados, valas entupidas e ruas entulhadas (Cruz, 1963).

É nesse quadro que, segundo Magda Ricci (2016), após a retomada de Belém, teve início o trabalho de reconstrução física da cidade, algo que deve ter se acentuado a partir da década de 1840, tendo em vista que “enquanto os cabanos estavam escondidos, mortos ou silenciados; os legalistas, por seu turno, mostravam-se mais preocupados em organizar e reconstruir a província” (Ricci, 2001, p. 245). A reconstrução de Belém, portanto, era algo importante, sobretudo como uma forma de retirar do seu espaço as marcas cabanas. Essa reconstrução, na dimensão material, passava pelas obras públicas, que mudariam o seu aspecto físico. As nomeações e renomeações, por outro lado, reconfiguravam o seu aspecto simbólico, que também era atrelado à própria condição da rua.

Nesse sentido, nesse momento, um espaço da cidade que pode ser pensado como tendo recebido especial atenção, a partir da realização de obras e reformas, é a rua. Apesar de não ter sido o único, ele será neste estudo privilegiado. Diante disso, é importante considerar que a rua, como um espaço urbano, ou seja, “uma forma de organização do espaço intrinsecamente ligada ao fenómeno urbano” (Gonçalves, 2008, p. 3), vai além do aspecto funcional, do ir e vir, do percorrer, do andar. Afinal, “para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve” (Rolnik, 1992, p. 28).

A rua, dessa maneira, não é somente um lugar por onde se passa. Ela está carregada de dimensões simbólicas, de história e de memória. Por esse olhar, o aspecto material da rua ganha novas cores, que vão além do uso. Reformar as ruas de Belém, então, era conferir a elas um novo significado, distanciando-as dos momentos violentos da Cabanagem. Produzia, então, por meio delas, o esquecimento dos momentos de tensão e de violência. As obras públicas, como o melhoramento e aformoseamento das estradas, eram, nesse momento, uma forma de higienizar a cidade das marcas cabanas (Ferreira, 2009). Ao mesmo tempo, conferiam à urbe uma imagem mais condizente com aquela que, principalmente nas décadas finais do século XIX, passou a ser almejada pelos administradores municipais: a de civilidade e de modernização.

Assim, nos anos seguintes à Cabanagem, as ruas de Belém não pareciam estar em bom estado, tendo em vista a falta de trabalhadores para a limpeza delas, além dos entulhos nelas depositados (Cruz, 1963). As ruas, vale lembrar, foram palcos de muitos conflitos envolvendo os cabanos e as tropas legalistas. Com o bombardeio da cidade, não é difícil de se imaginar que várias construções foram atingidas, gerando os escombros citados por Ernesto Cruz (1963) ao tratar do retrato da cidade nesse período. E mesmo com o passar dos anos, o estado das ruas e da cidade ainda seguiu sendo motivo de preocupação dos administradores municipais e provinciais.

Nesse contexto, em 1839, entre as obras que Souza Franco, então presidente da província, julgava mais necessárias, estava o calçamento de algumas das principais ruas da cidade, já quase intransitáveis (Governo da província do Pará, 1839, p. 11). Entretanto, passados nove anos, o estado das ruas da cidade ainda não estava totalmente melhorado. Em 1848, Jerônimo Francisco Coelho informava que elas estavam em grande parte descalçadas ou defeituosamente calçadas (Governo da província do Pará, 1848, p. 70).

A situação, na estação chuvosa, poderia ainda piorar, mesmo em vias que eram consideradas as mais belas da cidade, como foi o caso da estrada das Mongubeiras, atual avenida Almirante Tamandaré. Em 1851, o presidente da província, Fausto Augusto d'Aguiar, ao tratar dessa estrada, e também das estradas de S. José e Arsenal, chamou a atenção para o estado ruim delas, o que piorava quando chegava a estação chuvosa, que as tornavam intransitáveis. O melhoramento delas, portanto, era de “palpitante necessidade” (Governo da província do Pará, 1851, p. 41).

O estado das ruas, ademais, também pode ser avaliado a partir das descrições feitas pelos viajantes que passaram por Belém. Henry Bates (1944), em 1848, notou que o Pará, após “uma série de revoluções”, ainda não havia se restabelecido. A cidade, apesar de ter conhecido melhores dias, ainda tinha um cenário marcado pelo abandono:

Ruas inteiras de amplas residências particulares, construídas em estilo italiano, estavam abandonadas, com ervas más e arbustos crescendo nos interstícios das paredes. As grandes praças públicas estavam cheias de capim e intransitáveis, pelos atoleiros que ocupavam grandes porções de sua área (Bates, 1944, p. 62).

As condições das ruas de Belém também não passaram despercebidas por Alfred R. Wallace (2004), que passou por Belém em 1848. Segundo o naturalista britânico, ao tratar das calçadas das vias belenenses, de quando em quando se encontravam trechos de calçadas, “porém tão poucos, que servem apenas para tornar a vossa caminhada sobre ásperas pedras, ou profunda areia, mais desagradável por comparação” (Wallace, 2004, p. 40). Nas que tinham

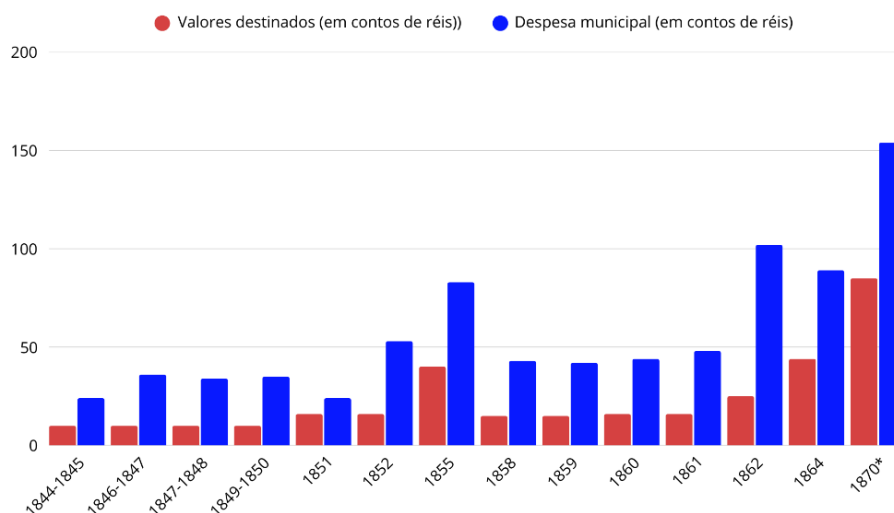
calçamento, havia apenas pedras toscas, que eram restos de uma antiga pavimentação, que nunca havia sido reparada, ou então areia movediça ou lamaçais (Wallace, 2004).

Dessa forma, os relatos oficiais e as impressões dos viajantes que passaram por Belém ao longo da década de 1840 nos revelam um cenário urbano ainda marcado pelo abandono e pela precariedade. Apesar do reconhecimento da necessidade urgente de melhorias nas principais vias da cidade, por parte das autoridades provinciais, o estado das ruas e estradas permanecia insatisfatório, piorando durante o período chuvoso. As descrições de Bates (1944) e Wallace (2004), por exemplo, ao destacarem ruas abandonadas, praças tomadas pelo mato e calçamentos incompletos ou deteriorados, acabam por demonstrar um pouco do que era a realidade vivenciada pela população. Assim, mesmo passado mais de uma década após os eventos da Cabanagem, a cidade ainda apresentava dificuldades estruturais.

Diante disso, era preciso reformá-la e melhorá-la. Assim sendo, já em 1840, no relatório apresentado a Assembleia Provincial, o presidente da província, João Antônio de Miranda, informou que o melhoramento das calçadas da cidade tinha tido princípio, apesar de ir lentamente, trabalho esse que visava satisfazer a uma das mais “imperiosas necessidades do município” (Governo da província do Pará, 1840, p. 90). No que diz respeito às reformas urbanas da cidade, o melhoramento das ruas se apresentava como uma necessidade evidente. Além da fala do presidente da província, isso é o que se pode depreender também a partir da destinação de recursos dentro do orçamento municipal da cidade.

Nesse sentido, a análise dos orçamentos municipais (ver Figura 04) revela que valores significativos foram destinados às obras de calçamento e reparo de ruas e estradas, mas também à limpeza de praças, ruas e poços; ao esgotamento de pântanos e valas; e à plantação de árvores, que, na maioria das vezes, eram dispostas às margens das ruas e estradas (indicadas na cor vermelha). Esses investimentos, quando comparados ao total das despesas municipais (representadas em azul), que incluíam gastos com pagamento de funcionários, festividades religiosas, regozijos públicos, expediente da câmara e iluminação da cidade, demonstram a importância atribuída às intervenções urbanas. Em alguns anos, como 1851, 1852, 1855 e 1870, também se observa a alocação de recursos específicos para a abertura de novas ruas e estradas.

Figura 01 – valores destinados a obras em Belém, em relação às despesas municipais



Fonte: Lei 116, de 13 de outubro de 1843 (1844-1845); Lei 133, de 23 de maio de 1846 (1846-1847); Lei 135, de 23 de abril de 1847 (1847-1848); Lei 153, de 29 de novembro de 1848 (1849-1850); Resolução 184, de dezembro de 1850 (1851); Lei 217, de 15 de novembro de 1851(1852); Lei 272, de 20 de outubro de 1854 (1855); Lei 310, de 24 de abril de 1858 (1858); Lei 326, de 19 de outubro de 1858 (1859); Lei 346, de 05 de dezembro de 1859 (1860); Lei 378, de 27 de outubro de 1860 (1861); Lei 394, de 25 de outubro de 1861(1862); Lei 439, de 31 de dezembro de 1863 (1864); Lei 612, de 21 de outubro de 1869 (1870).

*Em 1870, foram destinados 85 contos de réis. 35 para reparo das ruas e limpeza delas, das praças e dos poços, além do esgotamento de pântanos e valas e a plantação e conservação do arvoredo. Os outros 50 contos foram para o calçamento das ruas pelo sistema de paralelepípedo. O dado em vermelho representa a soma desses valores.

Adiante, o gráfico acima apresentado indica como, em relação às despesas municipais, os gastos com obras estruturais no espaço urbano foram consideráveis. Indica, ao mesmo tempo, a prioridade que era dada a esse aspecto da cidade, chegando, em alguns momentos, a ser superior a metade do orçamento municipal, o que não significa exatamente que esses valores fossem o suficiente. Em 1852, por exemplo, através da resolução 220, foi concedido um crédito suplementar ao governo da província, para que ele fosse despendido com as obras públicas que estavam sendo realizadas em Belém, o que revela a insuficiência dos recursos disponibilizados naquele momento, o que exigiu a solicitação de crédito suplementar (Collecção de Leis da Província do Gram-Pará, 1852).

A seguir, a partir da década de 1850, é possível observar um crescimento nas despesas municipais e nos gastos referentes às obras de calçamento e reparo das ruas (e demais serviços de limpeza e arborização), que se elevaram mais entre 1862 e 1870. Nesse sentido, é importante destacar que a partir da segunda metade do século XIX, houve um interesse, por parte dos administradores da província e do município, em transformar esteticamente a cidade, buscando embelezá-la e modernizá-la, o que passava, entre outras coisas, justamente pela pavimentação

e pelo calçamento das vias públicas (Malheiros & Rocha, 2013). Portanto, dentro do projeto de modernização da capital, com o objetivo de torna-la um símbolo de civilização na Amazônia (Malheiros & Rocha, 2013), as ruas tinham um papel importante. Afinal, era por meio delas que se circulava pela cidade.

Nesse cenário, como destaca Sandra Pesavento (2007), a cidade é uma materialidade construída pelo homem e, a partir dessa materialidade das suas formas urbanas, é que se encontra a “representação icônica preferencial [da cidade], seja pela verticalidade das edificações, seja pelo perfil ou silhueta do espaço construído, seja ainda pela malha de artérias e vias a entrecruzar-se em uma planta ou mapa” (Pesavento, 2007, p. 13). Logo, se a vista do rio oferecia um panorama da cidade, a partir da paisagem observada, em que se destacava as torres das igrejas e o cais, as ruas, como silhuetas, como materialidade e como “artérias”, ofereciam um olhar mais próximo da realidade da urbe. Realidade das gentes que nela andavam, do calçamento que nela havia e dos prédios que circundavam as suas ruas. Os relatos dos viajantes mencionados acima, por exemplo, são uma forma de representação de Belém que é feita a partir da materialidade das ruas, nesse caso destacando os problemas da falta de calçamento, mas também observando as pessoas que por elas circulavam.

A rua, portanto, era importante para a maneira como a cidade queria ser apresentada. Para isso, era preciso melhorá-la para que assim ela estivesse mais condizente com a Belém moderna e civilizada que se queria projetar, o que passava também pelo aformoseamento e limpeza delas, exigindo a destinação de recursos financeiros para o custeio dessas intervenções.

Sob esse olhar, em abril de 1846, o presidente da província, Manoel Paranhos da Silva Vellozo, em ofício enviado a câmara municipal de Belém, pedia atenção a dita câmara para as praças e ruas principais da cidade, cujas calçadas estavam em estado de ruína, panorama que prejudicava o trânsito das pessoas e o aformoseamento da cidade, atestando um estado de decadência àqueles que chegavam a capital, fossem eles nacionais ou estrangeiros (Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1844-1847, doc. 47). Dois anos depois, em 1848, também em ofício a câmara, o presidente da província, Herculano Ferreira Penna, disse acreditar ser conveniente plantar árvores na rua da Boa Vista, pois isso ornamentaria a via, além de oferecer abrigo para as pessoas que nela transitavam. (Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1848-1850, doc 48)

Em ambas as justificativas, houve o interesse no aformoseamento das vias da cidade. No ofício de 1846, por exemplo, o presidente se preocupava com a impressão que o estado das ruas poderia causar nos nacionais e nos estrangeiros que passassem por Belém, o que poderia produzir uma ideia de decadência, algo oposto à impressão que se queria produzir a respeito da

cidade. Assim, as ruas e praças da cidade assumiam um papel central na construção da imagem que se desejava projetar de Belém.

Além disso, o melhoramento das vias também buscou corresponder a um outro elemento que caracterizava a cidade moderna: a salubridade pública⁶. Em relação a isso, é importante salientar que dentro do processo de modernização de Belém, sob o ideal do progresso, esteve também a promoção de um processo de higienização dos centros urbanos (Malheiros & Rocha, 2013). O calçamento das ruas, por esse olhar, seria uma forma de melhorar o estado sanitário das ruas, tendo em vista que ao calçar a via, o acúmulo de água na rua seria evitado, melhorando o seu estado sanitário. Para isso, também ajudava a plantação de árvores nas ruas, algo que contribuiria para o embelezamento delas.

À vista disso, em 1857, no relatório apresentando por ocasião da posse de João da Silva Carrão, é informado que as ruas da cidade estavam sendo feitas pelo sistema mac-adam⁷, trabalho que seria importante para a melhoria da rodagem e para o esgotamento das águas pluviais, interferindo também na salubridade pública (Governo da província do Pará, 1857, p. 18). Aqui a relação do estado das ruas com a higiene da cidade aparece de maneira clara, sendo a melhoria da condição estrutural das vias uma maneira de melhorar a sua condição sanitária.

Havia, portanto, uma série de interesses distintos ligados às reformas dos logradouros belenenses. Simbolicamente, era uma maneira de retirar as marcas de algo que se queria apagar da estrutura física. Por outro lado, era também melhorar funcional e esteticamente o espaço citadino, também melhorando o seu estado sanitário. Diante disso, os dados orçamentários demonstram que o poder público municipal reconhecia as obras urbanas como prioridade, destinando a elas parcelas expressivas dos recursos disponíveis.

Ao que parece, na década de 1850, as ações empreendidas já apresentavam algum resultado. James C. Fletcher (1941), por exemplo, destacou que as ruas, antes de pior aspecto, após a inauguração das linhas regulares de vapor no Amazonas, haviam tido melhoramentos,

⁶ Até o final do século XIX, com o surgimento da teoria microbiana a partir, sobretudo, dos estudos de Louis Pasteur, a teoria dos miasmas, que associava a ocorrência de doenças aos odores, geralmente provenientes dos resíduos sólidos, das valas e dos pântanos, foi predominante. A preocupação com esses vapores pestilenciais motivou, assim, entre as autoridades médicas e os administradores, diversas ações relacionadas com a salubridade das cidades, sob o signo do urbanismo sanitário. A esse respeito, ver: MIRANDA, Cybelle Salvador et al. Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p. 525-539.

⁷ O macadame é um tipo de pavimentação desenvolvido no século XIX por John Loudon McAdam, um engenheiro escocês, e que era amplamente utilizado na Europa e nos Estados Unidos. Nesse sistema, era utilizado uma combinação de pedras britadas, areia e, em alguns casos, argila, formando uma superfície sólida e durável. Essa inovação revolucionou a construção de estradas, tornando-as mais acessíveis e duráveis.

com quase todas macadamizadas e iluminadas. Já em 1858, o presidente da província, Ambrósio Leitão da Cunha, ao tratar das atuações das câmaras municipais, destacou o trabalho realizado pela câmara de Belém, que havia transformado as ruas da cidade, indo elas de intransitáveis e irregulares para as mais bem calçadas do império (Governo da província do Pará, 1858, p. 53). No ano seguinte, Henry Bates (1944), ao voltar a Belém, achou-a em um estado melhor, inclusive no que dizia respeito às ruas, que “antes sem calçamento ou salpicadas de pedras soltas e areia, estavam agora pavimentadas de concreto, do modo mais perfeito” (Bates, 1944, p. 393).

Desse modo, ao longo da década de 1850, os esforços voltados para a melhoria da infraestrutura urbana de Belém começaram a apresentar resultados. As ruas, que antes eram vistas como intransitáveis e malcuidadas, passaram por significativas transformações, tornando-se mais bem calçadas e iluminadas.

Nos anos seguintes ao movimento cabano, portanto, os efeitos ainda se fizeram visíveis, inclusive no estado das ruas, que precisaram ser também reformadas, para assim apresentarem um outro aspecto da cidade de Belém, não de “decadência”, mas de progresso; não de desordem, mas de ordem. Isso, depois da década de 1850, se acentuou, tendo em vista o aumento dos recursos financeiros da província e o desejo dos administradores de fazer de Belém uma cidade moderna e civilizada (Malheiros & Rocha, 2013). Tal contexto demonstra muito bem como a materialidade da cidade, em especial a da rua, era algo a ser considerado.

Contudo, a cidade, e as ruas, não são somente materialidade. Nesse caso, há outros aspectos a serem levantados. Em primeiro lugar, o social. Nesse caso, como expresso por Pesavento (2007), além de materialidade, a cidade é também sociabilidade, ou seja, “ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos” (Pesavento, 2007, p. 14). Tal dimensão, adiante, também cabe ao estudo da rua. Assim, em meados do século dezenove, a rua era o território dos mais diversos usos.

Como local de relações, de hábitos e de comportamento, a partir do qual a cidade era vista por aquele que andava por ela, a rua também passou a ser objeto de controle por parte dos administradores provinciais e municipais. Nesse caso, como salientam Malheiros e Rocha (2013), paralelamente às ações de modernização e embelezamento da cidade, houve também a reformulação dos hábitos sociais a partir dos códigos de posturas, que além de controlar as ações cotidianas daqueles que circulavam pela cidade, também estabeleciam padrões de comportamento considerados civilizados e corretos. A rua, por esse prisma, não é pensada somente pela condição material, mas também pela condição social, daqueles que a usam, e pela

maneira como eles se comportam nesse ambiente. E a ação de estabelecer padrões de comportamento, a partir dos códigos de postura, demonstra que além de reformá-las materialmente, os administradores municipais também buscavam “reforma-la” a partir dos hábitos nela praticados.

Em segundo lugar, outro aspecto a ser pensado em relação à cidade e às ruas é a sensibilidade. A cidade, ao ser interpretada a partir dessa dimensão, é vista como um espaço ao qual foram atribuídos sentidos e significados (Pesavento, 2007). Como lembra a autora, “é por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória” (Pesavento, 2007). Logo, tomando a cidade como esse local de sentido e de significado, pode-se pensar na relação que ela possui com a memória, um dos meios de atribuir significados a um espaço. Nesse caso, se os sentidos atribuídos ao local estão referidos no passado, evocando personagens, datas e momentos que se realizaram em um momento passado, anterior, esses lugares passam a ser lugares de memória (Pesavento, 2008).

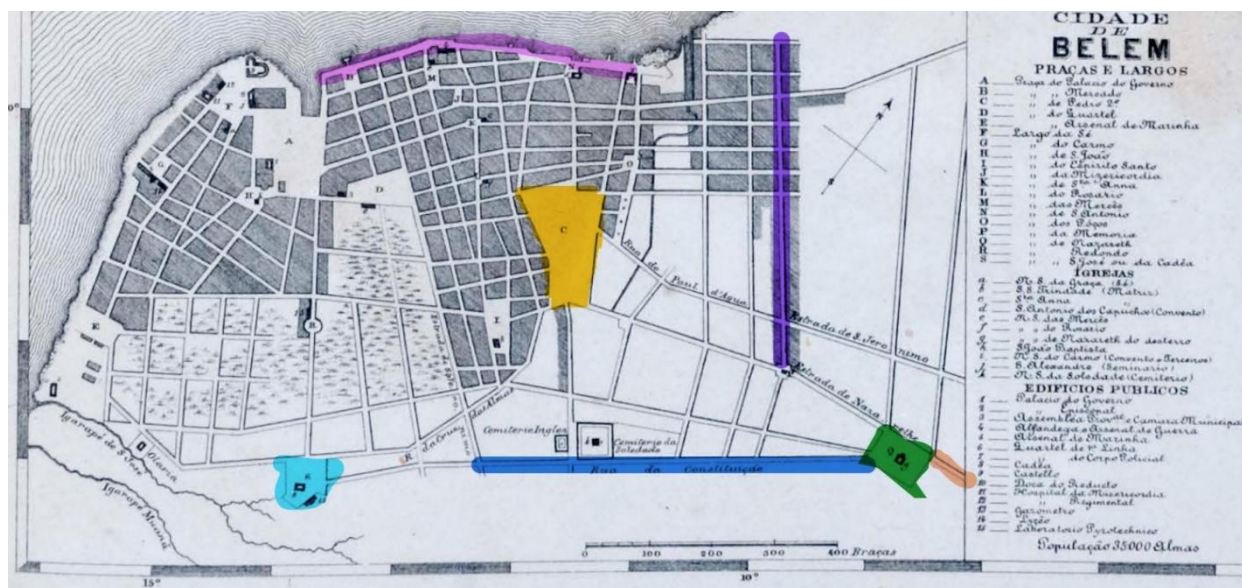
A rua, portanto, é também um lugar de memória, ou de memórias, no plural. No caso das ruas belenenses, se elas foram objetos de ações que visaram ao aspecto material (a partir das reformas) e social (a partir dos códigos de postura), elas também foram alvo de ações que visaram à dimensão simbólica, pensada aqui não somente pela própria condição dessas vias, mas também pela memória atribuída aos logradouros por meio dos nomes dados a esses espaços. As ruas belenenses, nesse momento, passaram a ser construídas, simbolicamente, como lugares de memória.

Nesse sentido, as nomeações e renomeações dos logradouros belenenses, visíveis entre as décadas de 1840 e 1870, demonstram como houve um processo de “nacionalização” das nomenclaturas dos espaços de circulação de Belém, isto é, tais espaços passaram a fazer referência a marcos simbólicos da história do Império e da província. Nesse cenário, Geraldo Mártires Coelho, em prefácio ao livro *Ruas de Belém* (1992), observa que, a partir da análise de alguns logradouros da cidade, é possível perceber um processo de “deslusitanização” das ruas ao longo do tempo, até que se chegasse às nomenclaturas atuais. Além disso, a evocação da memória do movimento de 14 de abril de 1823, na segunda metade do século XIX, a partir das ruas da capital, seria também expressão dessa deslusitanização/nacionalização das nomenclaturas belenenses.

Tal processo de nacionalização de nomenclaturas, adiante, se relacionou também com a aberturas de novas ruas na cidade. Nesse cenário, Antônio Baena (2004) informa que até a década de 1830, a cidade ainda estava restrita a duas freguesias: a da Sé e a de Nossa Senhora de Santa Anna da Campina. Entretanto, na década seguinte, 1840, já foi possível observar uma

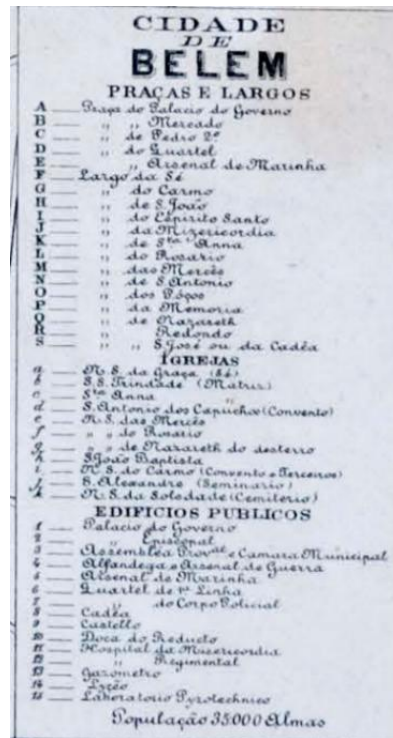
expansão da área da cidade, com ruas sendo abertas nos atuais bairros do Reduto, Nazaré e Batista Campos (Penteado, 1968). A partir do mapa abaixo, retirado do Atlas do Império do Brasil, de 1868, é possível ter uma relativa noção de como estava, na década de 1860, o espaço urbano da capital do Grão-Pará. Além disso, já é possível perceber também algumas mudanças nos nomes de alguns espaços, a exemplo da praça Pedro II, anteriormente Largo da Pólvora (no mapa indicado pela cor amarela), que passou a fazer alusão ao imperador Pedro II.

Figura 2 – mapa da cidade de Belém, de 1868.



Fonte: Atlas do Império do Brazil, 1868.

Figura 3 – Detalhe e legenda do Mapa



Fonte: Atlas do Império do Brazil, 1868.

Em rosa, é possível ver a rua Nova do Imperador, hoje boulevard Castilhos França, via que margeava a baía do Guajará e um dos logradouros que teve o seu nome alterado nesse período. Antes, a via se chamava rua Nova, mas, a partir de 1842, passou a fazer referência ao imperador Pedro II. Em azul-claro, a cadeia de São José Liberto, localizada em uma área mais distante do núcleo original da cidade e, no mapa, demarcando os limites de Belém. Em azul-escuro, a estrada da Constituição, hoje avenida Conselheiro Furtado, demarcando também os limites da cidade. Em roxo, a travessa do Príncipe, hoje Quintino Bocaiúva, demarcando também os limites do que parece ser a área ocupada de Belém, indicada pela cor mais escura dos espaços no mapa. Em verde-claro, a estrada de Nazareth, via pela qual se ia ao subúrbio da cidade, indo da Praça Pedro II até o Largo de Nazareth.

O mapa apresenta uma relativa noção do espaço urbano da cidade pois, em 1868, já havia outras ruas abertas na cidade. Por exemplo, no mapa é possível observar que após o Largo de Nazareth, indicado pela cor verde-escura, há uma estrada que parte do dito largo (marcada pela cor laranja). Provavelmente, essa via deve ser a estrada da Independência, hoje avenida Magalhães Barata, que estava sendo aberta na década de 1860 (Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1862-1868, doc. 25).

Além disso, o mapa também não sinaliza a existência das travessas D. Romualdo Coelho, D. Romualdo de Seixas e Pedro I e das ruas 14 de Março, 25 de Março, 09 de Janeiro, 03 de

Maio, 14 de Abril, Caldeira Castelo Branco e José Bonifácio de Andrada, construídas entre as décadas de 1850 e 1860 (O Liberal do Pará, 07/04/1870, p. 2) e que cortavam a estrada da Independência, ou seja, eram ruas que ficavam à direita do Largo de Nazareth. As ruas alusivas à memória do 14 de abril de 1823, que se localizam à direita da travessa do Príncipe, também não estão presentes, o que deve se justificar por terem sido elas abertas no mesmo ano do mapa, 1868. A cidade, apesar de não ser muito visível no mapa, se alargava a partir da abertura de rua.

Dessa maneira, na segunda metade do século dezenove, várias vias foram abertas em Belém. Entre elas, as ruas alusivas à Independência do Brasil, presentes no bairro do Umarizal. Na freguesia de Nazaré, entre as ruas que cortavam a estrada da Independência, havia, inclusive, a rua “14 de abril”, existente até os dias de hoje.

A abertura de ruas, é necessário pontuar, é observada em décadas anteriores. Antônio Baena (2004), por exemplo, informa que a câmara da cidade fez abrir três novas ruas (da Glória⁸, do Príncipe⁹ e da Princesa) entre o igarapé das almas e o igarapé do reduto, ainda na primeira metade do século dezenove. Já na década de 1840, Jerônimo Francisco Coelho tomou sob sua imediata inspeção a abertura de duas ruas e seis travessas no Arraial de Nazareth (Governo da Província do Pará, 1849, p. 71), o que, para Ernesto Cruz (1973), marcou o nascimento do bairro Umarizal.

Neste sentido, para Eidorfe Moreira (1966), a continentalização de Belém ocorre justamente nesse momento, com o subúrbio de Nazaré se integrando ao quadro urbano. A partir de então, a orientação crescimento da cidade passou a ser continental, em direção ao interior, e não mais costeira, ao longo do rio. Tal processo de interiorização, marcado pela expansão da cidade na direção sertaneja, do interior, é visível a partir da abertura de ruas. Ainda segundo o autor, esse movimento se deu por alguns motivos, como o crescimento da população, as vantagens das terras centrais sobre as ribeirinhas, a economia baseada em processos extensivos e a abertura da estrada de ferro Bragança e, mais recentemente, da rodovia Belém-Brasília. Mesclam-se, assim, aspectos demográficos, espaciais e econômicos, além do sentido que passou a ter a locomoção, caracterizado mais pela via terrestre, apesar das embarcações não terem deixado de ter uma importante função no transporte da cidade.

Portanto, se foi preciso reformar a cidade, e as suas vias, era preciso construir também uma outra memória, que buscava reforçar a unidade imperial. E isso, no caso belenense, passou pela nomeação (no caso de ruas que estavam sendo abertas, como as apresentadas acima) e

⁸ Atualmente a rua se chama Rui Barbosa.

⁹ Atualmente a rua se chama Quintino Bocaiúva.

renomeação (no caso de áreas que tiveram o seu nome alterado) dos espaços de circulação da capital do Grão-Pará.

3. ESPAÇO URBANO E A FABRICAÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA

Assim, com o passar da primeira para a segunda metade do século XIX, houve uma série de reformas realizadas nas ruas de Belém, que buscaram melhorar o aspecto da cidade, tornando-a mais condizente com o discurso de civilização e de modernização. Paralelamente a isso, foi possível ver também o alargamento da cidade a partir da abertura de novos logradouros.

No decorrer desse processo, é possível observar também a fabricação de lugares de memória na capital que buscaram estar em consonância com o projeto de memória nacional daquele momento, mas que também visaram a produção de uma leitura do passado da província, destacando assim o 14 de abril, cuja evocação simbolizava uma interpretação da Independência que esteve à margem dos marcos nacionais fixados em torno desse processo, isto é, o Sete de Setembro, estabelecido como uma data nacional pelo Império (Kraay, 2010). A Independência, dessa forma, foi tomada a partir de um ponto de referência “local”. Tais ações partiram principalmente dos legisladores municipais, que evocaram a partir dos nomes dos logradouros, o que passaram a considerar como os “grandes momentos” da história da pátria na província do Pará, assim como os “grandes homens” que haviam sido importantes para o processo de ruptura com Portugal.

Dessa maneira, se o projeto modernizador, vivenciado na cidade, se fundamentou na esperança e na expectativa em relação ao futuro, houve também a necessidade de reformulação do passado, tendo em vista a construção da identidade nacional e o fortalecimento da unidade nacional na capital, o que requereu um olhar para o tempo pretérito, isto é, para o tempo dos “grandes momentos” da história do Império, como a emancipação política, na década de 1820. Esse olhar se materializou, então, na nomeação e renomeação de espaços públicos da cidade de Belém, que passaram a ter nomes alusivos ao Imperador, às datas cívicas e aos marcos do Império, como a Independência.

Assim, se a cidade de Belém foi concebida a partir de uma perspectiva material, evidenciada pelas ações de reforma urbana, ela também foi alvo de intervenções no campo simbólico, por meio da memória incorporada aos espaços públicos através das nomenclaturas.

As ruas da cidade, então, passam a ser concebidas como lugares de memória (Nora, 1993), na medida em que elas se tornam um lugar onde a memória foi depositada e cristalizada. Com isso, a função dessas vias passou a ser a de evitar o esquecimento, fixando um estado de coisas

e “imortalizando a morte” (Nora, 1993, p. 22). Nesse caso, o que deveria ser imortalizado, a partir da materialidade da cidade, era uma determinada construção a respeito do passado, que era fabricado para dar um sentido de harmonia entre o Pará e o governo central.

Ao mesmo tempo, essas ruas, pode-se dizer, passaram a ser *monumentalizadas*, na medida em que, como destaca Le Goff (2013), os monumentos, como uma herança do passado, buscam perpetuar a recordação. No caso belenense, ao atribuir nomes referentes à memória histórica produzida naquele momento, os administradores municipais passaram a fixar uma determinada interpretação acerca do passado do Império e da província, perpetuando-a simbolicamente a partir do espaço físico da cidade.

Nesse processo, o Estado teve um papel ativo. Afinal, como nos aponta Le Goff (2013), a memória, apesar de ser um fenômeno individual e psicológico, se liga ao espaço social, sendo alvo do Estado que, para conservar determinados acontecimentos do passado, produz monumentos/documentos, além de fazer escrever a história. Ou seja, a memória tem uma dimensão política, que pode ser observada a partir dos personagens e fatos que são memorizados e daqueles que são esquecidos. O ato de atrelar uma memória histórica a um local, portanto, tem um sentido eminentemente político. No momento em que determinados nomes e datas são escolhidos, outros nomes e datas são preteridos.

Dessa maneira, se houve uma política de memória, a partir da memória histórica oficial depositada nos logradouros belenenses por meio das suas nomenclaturas, houve também uma política do esquecimento. Tal política, além de ser realizada a partir dos nomes atribuídos às ruas, também se deu por meio das já discutidas reformas urbanas, que recuperaram materialmente a cidade, retirando as marcas da violência, que a partir da década de 1840, se queria esquecer, por não fazer parte do projeto de província e de nação, que frisava a coesão, e não o dissenso.

Nesse sentido, Paul Ricœur (2007), ao tratar dos usos e abusos do esquecimento, destaca que, por conta da função mediadora da narrativa, os abusos da memória são também abusos do esquecimento. Assim, ao tratarmos do uso da memória, isto é, do que se recorda, ou do se escolhe recordar, devemos tratar também daquilo que se esquece, ou do que se quer esquecer. Isto porque “a narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva” (Ricœur, 2007, p. 455). Se a memória foi produzida, o esquecimento também o foi, algo que se deu mediante a seleção do que se recordava e, por oposição, daquilo que se esquecia, ou silenciava. O quadro urbano belenense, então, deveria espelhar essa dialética entre a memória e o esquecimento, destacando então a memória oficial, produzida com tons consensuais, ao mesmo tempo em que afastava, ou *esquecia*, os tempos cabanos, como um momento de tensão e de violência, algo

que estava distante do projeto de nação pretendido naquele momento, que deveria frisar a união e coesão.

Tal movimento de constituição de lugares de memória a partir da materialidade da cidade, ademais, já havia sido observado em outro momento. Ainda no começo da década de 1820, houve, por parte da Junta Governativa que dirigia a província, um movimento de construção de um monumento em celebração da Adesão da província às Cortes portuguesas, ao mesmo tempo em que o Largo do Palácio teve o nome alterado para Largo da Constituição. Com isso, preservava-se as reminiscências, construídas a partir de uma determinada narrativa acerca dos acontecimentos de janeiro de 1821. Assim, além de ressignificar o espaço urbano, também se reforçava o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento a coletividade. Naquele ambiente, tal fabricação memorial constituía-se em uma estratégia de endosso à continuidade da aliança com Portugal, só que em bases constitucionais (Brito, 2023).

A seguir, para compreender esse processo de fabricação, é necessário observar que o século XIX foi marcado pelo surto historiográfico e reflexivo e pelo reconhecimento da importância social e política-ideológica das representações sobre o passado para a legitimação de interesses (Catroga, 2015). Essa importância, por sua vez, se traduziu tanto em práticas de divulgação e de cariz pedagógico, através do ensino escolar, quanto pela construção de lugares de memória, a exemplo das estátuas, dos edifícios e da toponímia, além do lançamento de novas ritualizações (Catroga, 2015). A construção desses lugares, que eram também lugares de homenagem, representava então uma maneira de estabelecer referências simbólicas acerca do passado, que era retomado e fixado através da materialidade da cidade. Além disso, esse procedimento foi também uma forma de difundir a memória, na medida em que, por meio da nomeação das ruas, ela era socializada, ficando “disponível” às pessoas que transitavam pelos logradouros.

Nesse sentido, no Brasil do oitocentos, a representação a respeito do passado foi algo crucial, assim como a difusão da memória histórica por meio de diversos canais, como as comemorações, os rituais, a construção de monumentos e a toponímia dos espaços públicos. Nesse momento, como destaca José Carlos Reis (1999), a nova nação precisava se reconhecer geográfica e historicamente. No campo histórico, era preciso eternizar os fatos memoráveis da pátria e, por outro lado, salvar do esquecimento os seus maiores filhos. Essa história a ser escrita deveria pregar a unidade nacional, ao mesmo tempo em que deveria legitimar o Império e o imperador. Dessa maneira, ela deveria ser uma história que:

Realizasse um elogio do Brasil, dos seus heróis portugueses do passado distante e recente, que expressasse uma confiança incondicional em seus descendentes. Uma

história que não falasse de tensões, separações, contradições, exclusões, conflitos, rebeliões, insatisfações, pois uma história assim levaria o Brasil à guerra civil e à fragmentação; isto é, abortaria o Brasil que lutava para se constituir como poderosa nação (Reis, 1999, p. 28).

Nesse quadro, era preciso também delinear um perfil para a nação, a partir do qual se poderia fomentar uma identidade nacional brasileira (Guimarães, 1988). A partir dessa história escrita, desse passado conferido à nação, seria feito um elogio do Brasil e da Independência. Apesar da ruptura, o Brasil, nesse momento, foi concebido como herdeiro da grande obra portuguesa. A ruptura com Portugal, aliás, além de ser atribuída a ação da Casa de Bragança, também foi compreendida, historicamente, como um processo que se deu sem maiores conflitos. Assim, como destaca João Paulo Pimenta (2022), a visão em torno da Independência, a partir da construção intelectual do século XIX, a concebia como um processo “natural, evolutivo e progressivo”, não admitindo grandes rupturas. A história do Brasil, afinal, não deveria ser uma história que falasse de tensões.

Portanto, a partir desse elogio, que pregaria a unidade e a coesão, que evitaria tratar de qualquer indício de contradição em um país escravista, e que buscava se afirmar, por meio desse passado, como civilizado, que se buscou também construir uma identidade nacional comum, importante para a formação do cidadão nacional (Nadai, 2001). É nesse cenário que, em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que materializou o projeto de pensar e produzir a história nacional (Guimarães, 1988).

Ademais, se foi necessário produzir uma história para o Império, o que se deu por meio do IHGB, igualmente importante foi difundir esse conhecimento, para então moldar a memória histórica como uma memória nacional. Para isso, o estabelecimento de marcos e personagens em uma narrativa sobre o passado, bem como as celebrações cívicas, foram tomados como estratégias simbólicas importantes para fixar a memória nacional. Daí os rituais cívicos realizados, por exemplo, no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1840 e 1860, em celebração da Independência, bem estudados por Hendryk Kraay (2007).

Outrossim, se a história brasileira deveria ser escrita, as histórias das províncias também deveriam ser elaboradas. Nesse caso, assim como a história nacional deveria ser centralizada na figura do Imperador e no governo central, as histórias regionais também teriam como direção essa centralização (Reis, 1999). Logo, até mesmo nas histórias regionais, a unidade nacional deveria ser enfatizada.

Assim sendo, no Grão-Pará a memória também teve a sua importância. Como apresentado anteriormente, mesmo com o término da Cabanagem, esta pareceu ainda se fazer presente na lembrança da população belenense, como os relatos dos viajantes nos permitem observar.

Diante desse quadro, era preciso deixar a Cabanagem no passado, em um passado que não deveria ser retomado, a não ser que fosse para celebrar a vitória da legalidade, e da unidade imperial, sobre os cabanos. Como lembra Magda Ricci (2001), após 1840, e da preocupação com a organização e com a reconstrução da província, pouco a pouco foi possível pensar no levantamento histórico dos acontecimentos, que seriam lembrados não pela glória dos Cabanos ao tomarem Belém, mas sim pela destruição deles. Logo, a Cabanagem seria lembrada pelo 13 de maio, dia da retomada de Belém, e não pelo 7 de janeiro, dia da tomada da cidade pelos cabanos, em 1835.

O dia da retomada de Belém também foi evocado por Honório José dos Santos ao criar o jornal *Treze de Maio*, que circulou na província entre as décadas de 1840 e 1860. Como destaca Luciano Lima (2016), a opção por esse nome representou a percepção dessa data como um momento marcante na história da província. Segundo o autor, a vitória da legalidade sobre os cabanos, na capital paraense, significou também, para aqueles que celebraram essa “conquista”, o fortalecimento da ordem imperial na cidade. Esse dia, então, deveria ser eternizado (Lima, 2016). Logo, entre fins da década de 1830 e princípios da década de 1840, há, por parte das autoridades e dos órgãos de imprensa, um movimento duplo: ao mesmo tempo em que a Cabanagem foi depreciada, a monarquia foi exaltada, por meio, especialmente, da figura de D. Pedro II.

Nesse sentido, era necessário formular e desenvolver estratégias capazes de difundir a memória histórica oficial, a qual destacaria um passado heroico, não conflituoso e cívico, moldando a partir disso o imaginário social sobre a trajetória da nação e da província. Adiante, ao estabelecer essa narrativa, buscou-se não apenas celebrar uma determinada interpretação do passado, mas também legitimar o presente, promovendo, então, um sentimento de unidade e pertencimento que afastasse a lembrança dos conflitos e divisões vistos na província na primeira metade do século XIX.

Para que isso ocorresse, além das comemorações, descritas por Fernando Catroga (2015) como “rituais de sacralização cívica do tempo”, faziam-se necessários também os chamados “rituais de sacralização cívica do espaço”, como a toponímia dos espaços públicos. Os nomes das ruas, portanto, tornaram-se instrumentos de fixação e reprodução dos marcos da história nacional, reforçando a narrativa de unidade que o Império buscava construir por meio da exaltação dos episódios consagrados como os “grandes momentos” da nação.

No plano provincial, essa mesma lógica se refletiu na produção da memória histórica local. Em Belém, por exemplo, o 14 de abril passou a ser interpretado de forma mais

“patriótica”, ganhando contornos de um “valioso serviço prestado a causa da emancipação política do Império”.

Tal procedimento é pensado aqui como um trabalho de fabricação memorial. Não por ser algo inautêntico ou falso, mas sim por seu caráter representativo e seletivo. Isso porque, como observa Candau (2012), a dimensão coletiva da memória é sempre uma forma de representação, pois se apresenta como se fosse a memória de todos. Complementando, Catroga (2015) destaca que quanto mais ampla e coletiva a memória, maior o seu potencial como instrumento de poder, algo visível nas escolhas sobre o que se lembra e o que se silencia. Sob essa perspectiva, quanto maior a sua abrangência nacional, mais evidente é seu caráter de fabricação.

Assim, esse processo de fabricação se expressou tanto no Império, por meio da escolha dos momentos e personagens a serem eternizados, quanto na província, ao fixar nos logradouros belenenses os marcos da história nacional e da Independência. Esses momentos e personagens selecionados passaram a ter um sentido oficial, sendo espelhados como constituintes da história da comunidade e, portanto, dos seus membros, moldando assim uma memória coletiva, que era colocada como uma memória concernente à trajetória histórica do grupo.

A seguir, no decurso dessa elaboração, além da nomeação, a inscrição dos nomes das ruas, que até o século XVIII não havia sido realizada, foi também fundamental. Com a inscrição do nome, que passou a ser feita no século XIX por meio de letras brancas em fundos pretos, nos cantos das ruas (Barata, 1973), o governo municipal pôde fixar a maneira como a rua deveria ser conhecida, normatizando e enquadrando os nomes dados ao espaço da cidade.

Adiante, o sentido de fabricação memorial fica mais evidente quando se observa a historicidade dos padrões de nomeação das ruas de Belém. Nesse contexto, como nos informa Manoel Barata (1973), os logradouros da capital do Grão-Pará, em um momento anterior, não tinham os seus nomes oficialmente inscritos nas esquinas, sendo as vias da cidade conhecidas “vulgarmente pelos nomes dos seus moradores mais na voga, pelos das igrejas e edifícios públicos nelas situados, ou pelo de qualquer particularidade ocasional ou local” (Barata, 1973, p. 376).

Dessa forma, um morador notável, uma construção ou uma particularidade daquele local poderia figurar como um ponto de referência, e, a partir disso, passar a ser o símbolo (nome) pelo qual aquela via ou área era reconhecida. Foi o caso da rua do Açougue¹⁰, chamada assim por conta da localização do primeiro açougue da cidade. Já a rua dos Mercadores¹¹, teve o dito

¹⁰ Hoje é a rua Gaspar Viana.

¹¹ Hoje Cons. João Alfredo.

nome por ser o endereço dos principais comerciantes da cidade. A rua Calçada do Colégio¹², por sua vez, teve esse nome por conta da edificação do colégio dos jesuítas (Cruz, 1992), somente para ficar em alguns exemplos.

Esse procedimento se assemelha ao observado também em Fortaleza, na província do Ceará. Como demonstra Gleilson da Silva (2019), no início do século XIX, por não haver oficializações, os caminhos externos e internos da vila de Fortaleza foram denominados por aqueles que os utilizavam. Tais nomenclaturas, adiante, foram incorporadas ao uso cotidiano do espaço por aqueles que o percorriam, sendo assim utilizados para orientação dos moradores. Esses nomes, em grande parte dos casos, advinham de equipamentos e demais pontos de referência da vila.

Entretanto, paulatinamente, a Câmara foi alterando as nomenclaturas das vias de Fortaleza, na medida em que acontecimentos históricos ou de relevância política ocorriam. Com isso, as características dos nomes foram sendo alteradas, passando a fazer referência a personalidades e a eventos, que foram sendo inseridos no espaço urbano, em substituição às antigas denominações, alusivas a prédios, a elementos do cotidiano e a nomes indígenas (Silva, 2019).

No caso belenense, ainda no século XIX, mais especificamente entre as décadas de 1840 e 1870, observa-se também um afastamento desse padrão no que se refere às nomeações e renomeações das ruas da capital. A partir das escolhas feitas pela administração municipal e provincial, esses espaços passaram a ser utilizados como meios de celebração da memória oficial da nação e da província. Ou seja, foram concebidos como lugares de memória (Nora, 1993), interferindo assim nos nomes das vias, que passaram a se distanciar de nomes populares, que advinham da relação cotidiana da população com esses espaços.

Assim, em maio de 1840, o então presidente da província, João Antônio de Miranda, direciona a câmara municipal de Belém um ofício cujo conteúdo pedia para a dita câmara mandar numerar as casas e designar as ruas, travessas, largos e becos com os nomes já existentes e que fossem, aos legisladores municipais, adequados. O presidente prossegue recomendando a manutenção dos nomes conhecidos a longa data, com a exceção de três ruas, cujas denominações deveriam passar a ser rua D. Pedro II, rua 13 de maio, por ser esse o dia em que a tropas da legalidade retomaram Belém, e rua do Andrea, “por ser esse o delegado do governo supremo que reduziu á paz a província” (Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1840, doc. 44).

¹² Hoje rua Padre Champagnat.

Contudo, Manoel Barata (1973) nos informa que os dois últimos nomes não ganharam as ruas belenenses, como decidido na sessão do dia 06 de maio de 1840 da câmara municipal de Belém. Apesar de não terem sido efetivados, esse exemplo já demonstra a intenção de inscrever, no espaço urbano belenense, uma determinada narrativa a respeito do passado recente da província, em que se celebrava, a partir do 13 de maio e de Soares Andrea, a retomada de Belém pelas tropas legalistas, ao mesmo tempo em que se celebrizava a figura de D. Pedro II. Com tais nomes, então, a ordem imperial na cidade era reforçada.

O primeiro nome sugerido, por outro lado, ainda em 1840, passou a ser o do Largo da Pólvora¹³, que ao ser renomeado, converteu-se em praça Pedro 2º. Nesse momento, o mesmo presidente da província, João Antônio de Miranda, mandou alinhar o largo, que foi também arborizado com árvores de taperebá. Havia ainda a pretensão de, até o final de 1840, erguer no centro da praça um chafariz elegante (Governo da Província do Pará, 1840, p. 6). No decorrer desse processo de reconfiguração do espaço, a partir do alinhamento, da arborização e do chafariz que se pretendia construir, o nome do local mudou, passando a fazer alusão a Pedro de Alcântara, que nesse momento, 1840, ainda não havia sido coroado como Pedro II, algo que só ocorreria no ano seguinte, 1841. Apesar disso, na província, ao que parece, ele já era tomado por esse título.

Dois anos depois, em 1842, em meio às obras do cais de Belém, o vice-presidente da província, Bernardo de Souza Franco, julgando conveniente dar um nome a rua Nova, que estava começada, indicou que o nome de rua Nova do Imperador não seria impróprio, haja vista que a rua seria a principal da cidade e, esperava-se, também a mais bela (Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1842-1843, doc. 46). Ao que parece, não era qualquer local que poderia receber um nome de tal envergadura. Para Souza Franco, contudo, no caso da rua Nova do Imperador, o nome era próprio pois a via seria principal da cidade, estando então “a altura” de tal nome.

Como pode-se ver, no começo da década de 1840, houve o interesse, a partir de espaços da cidade, em homenagear o imperador do Brasil. Assim, o Largo da Pólvora, que era um local importante para a cidade, já que dele partia a estrada que ia ao largo de Nazareth, teve o seu nome reconfigurado em meio ao seu ordenamento e embelezamento, ou seja, em meio a sua reforma. A mudança física nele observada foi, então, acompanhada de uma mudança simbólica, por meio da sua nomenclatura. Se antes ele fazia alusão a um ponto de referência próximo e imediato, isto é, ao depósito de pólvora nele localizado, agora ele passava a ter o nome do futuro

¹³ Segundo Ernesto Cruz (1992), o Largo da Pólvora teve esse nome por ser o local onde, no século XVIII, esteve localizado um depósito de pólvora.

imperador do Brasil. No caso da rua Nova do Imperador, por ser o local mais importante da cidade, a homenagem ao imperador se fazia perfeitamente “própria”.

Tais escolhas, dessa forma, não parecem ter sido feitas ao acaso. A vinculação da imagem do Imperador à principal rua da cidade, por exemplo, representou uma estratégia de destacar a importância de Pedro II, associando sua figura à via de maior relevância para os habitantes de Belém.

Além do mais, é interessante observar como, nesses dois casos de renomeação, houve uma alteração no padrão da nomenclatura. Nesse sentido, aos espaços não foram dados nomes que faziam alusão a pontos de referência situados nesses locais. Desse modo, o Largo da Pólvora, ou mesmo a rua Nova, não passou a ter um nome em alusão a um prédio ou a um morador que estivesse no seu entorno. Seus nomes, pelo contrário, foram nacionalizados, ou seja, passaram a fazer referência a um marco simbólico da pátria, nesse caso ao próprio imperador.

Nesse contexto, é importante destacar que o início da década de 1840 foi marcado por uma série de acontecimentos diretamente relacionados ao imperador Pedro II. Entre eles, destaca-se o chamado “Golpe da Maioridade”, que antecipou a maioridade do Imperador, possibilitando assim que ele assumisse o trono do Império, algo que ocorreu em julho do ano seguinte, quando ele passou a ser, oficialmente, Pedro II. Dessa maneira, as renomeações do Largo da Pólvora e da Rua Nova podem ser interpretadas como uma forma de celebrar a ascensão do novo governante e da ordem imperial que ele representava.

Nesse panorama, se em meio a ascensão do jovem Pedro de Alcântara ao trono, no princípio da década de 1840, ele passou a ser cada vez mais solenizado nas ruas da cidade, com festas e celebrações em favor do Império (Lima, 2016), tais homenagens se desdobraram também em nomenclaturas dos espaços da cidade, que reforçavam a unidade imperial a partir da figura dele.

Em prosseguimento, na década de 1870, o Imperador, juntamente com a Imperatriz, voltou a ser a inspiração para renomeações de vias belenenses. Dessa maneira, em 08 de abril de 1876, o vereador João Olympio Rangel, membro da comissão de festejos pela visita do imperador e da imperatriz, propôs que fossem renomeadas duas docas e uma rua de Belém. Desse modo, a rua da Boa Vista passaria a se chamar rua da Imperatriz; a doca do Ver-o-Peso passaria a se chamar doca da Imperatriz; e, por fim, a doca do Reduto passaria a se chamar doca do Imperador (Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1873-1876, doc. 31). Tal proposta, ao que consta na ata, foi unanimemente aprovada.

Tais renomeações, em meio à visita do imperador e da imperatriz em abril daquele ano, demonstra o desejo dos legisladores municipais em prestar uma homenagem ao casal, celebrando assim a sua visita à cidade. Além disso, revelam como o espaço urbano de Belém foi, mais uma vez, pensado como meio de exaltação do poder imperial e de reforço dos vínculos simbólicos entre a província e a monarquia, homenageando tanto o imperador quanto a imperatriz.

Adiante, a memória expressa nas ruas de Belém também se deu a partir da reprodução dos nomes e das datas, que haviam sido definidas, dentro da narrativa oficial elaborada pelo Estado, como marcos da história do Império, além de personagens que tiveram uma importância dentro da história provincial. Dessa maneira, entre as décadas de 1850 e 1860, foram nomeadas as ruas José Bonifácio (personagem que teve um importante papel no processo da Independência); Castelo Branco (fundador da cidade, em 1616); D. Romualdo de Seixas (bispo do Pará e presidente da Junta que governou o Pará após a adesão à Independência); D. Romualdo Coelho (deputado paraense nas Cortes de Lisboa e presidente da Junta Provisória de Governo); e D. Pedro I (imperador do Brasil entre 1822 e 1831) (*O Liberal do Pará*, 07/04/1870, p. 2).

A partir dessas escolhas, as ruas da cidade tornaram-se espaços de homenagem a figuras que ocuparam posição de destaque na cena política do Império e da província na primeira metade do século XIX, além de Castelo Branco, fundador da cidade, no século XVII. Nota-se, nesse conjunto, a ausência de personagens como a imperatriz Leopoldina. Além disso, observa-se a presença de nomes vinculados à religião e à cena política da província e do Império, como é o caso dos dois paraenses, Dom Romualdo de Seixas e Dom Romualdo Coelho, que, embora naturais da província, alcançaram projeção política e nacional.

O primeiro, além de bispo do Pará e da Bahia, foi presidente da Junta Provisória Revolucionária, que governou o Pará entre primeiro de março e dezoito de agosto, em 1823. Além disso, foi agraciado com o título de Marquês de Santa Cruz. O segundo foi deputado da província do Pará nas Cortes de Lisboa, além de presidente da Junta Provisória de Governo, tendo assinado em agosto de 1823 a Adesão do Pará à Independência do Brasil (Cruz, 1992). Ambos, portanto, tiveram uma intensa vida política, estando presentes em importantes eventos que marcaram o início da década de 1820, inclusive no processo de emancipação.

Tais nomes revelam, ademais, como nessa interpretação do passado, o que era celebrado era o passado português o que, aliás, norteou a produção da história do Império. A esse respeito, José Carlos Reis (1999) ressalta que o Império brasileiro, nesse momento, buscou se afirmar

como continuador da história que os portugueses fizeram na colônia. O Brasil, então, não queria ser latino-americano, indígena, negro ou republicano (Reis, 1999).

Dessa forma, a exaltação de nomes como Castelo Branco, Dom Pedro I e José Bonifácio reafirmava essa narrativa de matriz portuguesa, celebrando homens considerados fundamentais no processo de fundação da cidade *portuguesa* e da emancipação nacional, que havia sido somente política.

Nesse sentido, Manuel Salgado Guimarães (1988), ao abordar a construção histórica a respeito do Império a partir da atuação de intelectuais e do IHGB no século XIX, lembra que, nesse momento, a ideia de nação a ser definida buscou afirmá-la como continuadora da ação civilizatória nos trópicos. Com isso, foi-se definindo também aqueles que estariam fora desse projeto, a saber negros e indígenas. Externamente, o “outro” seriam as repúblicas latino-americanas (Guimarães, 1988). Sob essa lógica, os “grandes homens”, isto é, reis, governadores, bispos, e não os “homens incultos”, passaram a ser exaltados na história oficial brasileira. Percebe-se aqui, novamente, o caráter seletivo da história e da memória que se queria então produzir.

Além dos nomes, as datas alusivas à genealogia do império também ganharam o espaço público belenense a partir de ruas que nesse momento foram abertas. Foi o caso das ruas 25 de março, data da outorga da Constituição de 1824; 9 de janeiro, em alusão ao dia do fico de D. Pedro I, em 1822; 14 de março, aniversário da Imperatriz Teresa Cristina; e 3 de maio, dia da instalação da Assembleia Nacional Legislativa (O Liberal do Pará, 07/04/1870, p. 2). Além delas, também foi aberta a rua 14 de abril, data do movimento de caráter emancipacionista ocorrida no Grão-Pará em 1823. Tais ruas foram abertas na freguesia de Nazareth, com a maioria ainda mantendo o mesmo nome, com exceção da rua 25 de Março, hoje Alcindo Cabela.

Essas datas celebradas nas ruas belenenses não foram escolhidas ao acaso, haja vista que estiveram de acordo com os momentos demarcados pelo calendário cívico do Império. Existindo desde 1826, os dias de festas nacionais tinham como objetivo celebrar alguns dos dias tidos como notáveis da história da pátria. Nesse ano, os dias definidos pelo parlamento brasileiro foram os seguintes: 9 de janeiro, 25 de março, 3 de maio, 7 de setembro e 12 de outubro (Kraay, 2007). Todavia, no período regencial ele passou por algumas alterações. Assim, enquanto o dia 12 de outubro (dia do aniversário e da aclamação de Pedro I) saiu de cena, os dias 02 de dezembro (dia do nascimento de Pedro II) e 07 de abril (dia da abdicação de d. Pedro I) passaram a fazer parte do programa de comemorações (Basile, 2009).

Em Belém, a abertura de ruas com nomes alusivos a datas comemorativas pode ser compreendida como uma forma de fixar, por meio da materialidade urbana, os marcos da

história nacional. Por meio dessas nomenclaturas, também se fortalecia a harmonia entre a província e o governo central, uma vez que a unidade imperial era reafirmada no espaço belenense. Afinal, como integrante do Império brasileiro, o Grão-Pará, e os seus habitantes, também devia celebrar os “grandes momentos” da história da pátria, o que foi feito a partir dessa constituição de lugares de memória, que imortalizavam esse passado de grandes momentos a ser salvaguardado do esquecimento. Além disso, a celebração dessas datas também reforçava a narrativa oficial acerca da genealogia do Império brasileiro, destacando as suas instituições e a própria família real. Dessa forma, o poder monárquico era simbolicamente reafirmado na cidade. Ao remeter às datas nacionais, essa memória inscrita no espaço urbano ainda contribuía para alimentar os laços de união em torno da ideia de nação.

A escolha desses momentos, que na interpretação do Estado marcavam e definiam a história do Império, não poderia excluir seu principal marco fundante: a Independência. Assim, o processo de independência passou a ser também produzido sob a forma de memória. Nesse contexto de construção memorial em Belém, a emancipação nacional ocupou um lugar de destaque, sendo evocada tanto por meio de datas quanto por personagens que dela participaram. Sendo assim, já na década de 1860, a estrada da Independência¹⁴, que deveria ligar a praça de mesmo nome ao largo de Nazareth já estava sendo construída (Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1862-1868, doc. 25). A seguir, em setembro de 1877, o vereador Ribeiro de Sousa, durante sessão da Câmara Municipal de Belém, chamou atenção para nomes de ruas que, segundo ele, não possuíam significado, propondo, então, a substituição dessas nomenclaturas.

Desse modo, algumas ruas e travessas passaram a ter os seus nomes alterados. A rua de Cavaleiros, passou a ter o nome de rua Dr. Malcher¹⁵; a rua dos Inocentes passou a ter o nome de rua do Riachuelo¹⁶; a rua da Cruz das Almas passou a se chamar rua do Cesário Alvim; a travessa das Gaivotas passou a ter o nome de travessa Primeiro de Março¹⁷; a travessa Chafariz do Bispo passou a ter o nome de travessa Dr. Morais¹⁸; a travessa dos Mirandas¹⁹ passou a se chamar travessa Quinze de Agosto; e a travessa do Pelourinho passou a ter a denominação de travessa Sete de Setembro (Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1876-1879, doc. 32).

¹⁴ Hoje a estrada se chama Av. Magalhães Barata.

¹⁵ O nome da rua homenageia José da Gama Malcher, médico da Santa Casa de Misericórdia e presidente da província do Grão-Pará e da Câmara Municipal de Belém.

¹⁶ Segundo Ernesto Cruz (1992, p.59), essa nomenclatura “traduziu a homenagem aos brasileiros que se cobriram de glórias na batalha naval do Riachuelo, travada em 11 de junho de 1865, durante a guerra do Paraguai”.

¹⁷ Data comemorativa ao término da Guerra do Paraguai, em 1870.

¹⁸ O nome homenageia João Maria de Morais, político influente no XIX e presidente da província do Pará.

¹⁹ O nome fazia referência a moradores que viveram nessa rua.

Como informou o jornal *O Liberal do Pará* no dia seguinte, as novas designações faziam alusão a “personagens distintos, ou de datas memoráveis da nossa história” (*O Liberal do Pará*, 05/09/1877, p. 1). O 15 de agosto e o 07 de setembro, descritos pelo jornal como fatos memoráveis da história, são datas que guardam uma íntima relação com a emancipação brasileira, com a primeira fazendo alusão à Adesão do Pará à Independência do Brasil, ocorrida em 1823, e a segunda ao dia marcado como o da Independência brasileira.

Para o vereador Ribeiro de Sousa, autor da proposta, assim como para os demais vereadores que a aprovaram, os nomes anteriores das vias já não possuíam qualquer significado. Por isso, justificava-se a sua substituição por nomes que, àquela altura, carregassem algum sentido. Nesse contexto, mais uma vez, pode-se observar como as novas nomenclaturas atribuídas às ruas não buscavam refletir características específicas dos logradouros, como a presença de edifícios notáveis ou de moradores ilustres. Ao contrário, os nomes escolhidos faziam alusão a presidentes de província, a eventos marcantes, como a Batalha do Riachuelo, e, sobretudo, à memória da emancipação nacional. Para os administradores municipais, ao que parece, tais nomes mereceriam ser atrelados a esses espaços, pois carregavam maior valor simbólico.

Dando prosseguimento, é interessante notar como, entre as datas “nacionais” fixadas nas ruas de Belém apresentada acima, estava também o dia 14 de abril, data faz referência ao movimento de 1823 que buscou a adesão do Grão-Pará à Independência. Nesse sentido, é importante frisar que o processo de ruptura com Portugal, longe de ser pacífico, foi permeado de tensões e conflitos, a exemplo do que foi visto na província do Grão-Pará.

A esse respeito, Pimenta (2022) destaca que as guerras de Independência, mesmo nas obras de militares, quase sempre foram tratadas de modo tangencial e fragmentado, ainda sofrendo com o cânone interpretativo largamente dominante a respeito da separação brasileira em relação a Portugal, que conferiu a esse processo um caráter pacífico. Nesse sentido, no Grão-Pará do início da década de 1820, a tensão em torno dos acontecimentos políticos foi acentuada a partir da chegada do brigadeiro José Maria de Moura a Belém, em abril de 1822, para assumir o posto de governador das armas.

A partir de então, os choques com a Junta de Governo Civil foram aumentando até que, em 01 de março de 1823, o brigadeiro Moura a dissolveu, juntamente com o Senado da Câmara, a partir de um golpe que restituiu o antigo Senado, composto majoritariamente de portugueses, e estabeleceu uma nova Junta, constituída por favoráveis ao sistema constitucional e a Portugal (Souza Junior, 2022). É neste cenário que, em abril de 1823, eclode a revolta de 14 de abril,

realizada por militares e civis que tinham o objetivo de emancipar a província e aderir à causa brasileira da Independência.

Para isso, eles pretendiam tomar alguns pontos estratégicos da defesa provincial, como o trem de guerra, “onde encontrariam as munições necessárias enfraquecendo com isso qualquer resistência que pudessem opor as forças que se conservassem fiéis ao General Moura” (Lobo et al, 2022, p.247), e o quartel de artilharia, que efetivamente foi tomado. Entretanto, a movimentação havia sido denunciada ainda no dia 13 de abril, quando o cirurgião-mor Antônio Manuel de Souza a denunciou ao governador das armas, denúncia essa confirmada pelo ajudante do 1º regimento de milícias, Manoel Antônio Coelho (Lobo et al, 2022, p. 248).

Após a denúncia, foram ordenadas diligências aos quartéis, para verificar qualquer indício de anormalidade, e a uma residência apontada como o local de reunião dos sediciosos. Apesar de nada de suspeito ter sido encontrado, aos oficiais e ao regimento foi recomendado que ficassem em prontidão, devendo estar alertas a qualquer sinal, em especial ao som de dois foguetes estourando no ar, haja vista que esse seria o sinal do início da revolta, segundo a delação feita ao governador das armas, José Maria Moura.

Na madrugada do dia 14, foi exatamente esse o som ouvido, o que marcava a tomada do quartel de artilharia e servia como um sinal, para os revoltosos que se dirigiam ao trem de guerra, que a conquista havia sido concluída. O sinal, contudo, também alertava as tropas sob o comando do general Moura. À frente do 1º regimento, o general marchou em direção ao quartel de artilharia, onde estavam os revoltosos que, sob o comando do capitão Boaventura da Silva, não ofereceram resistência, sendo assim presos e remetidos a Lisboa (Raiol, 2023)²⁰.

Retomado na década de 1860, o movimento realizado em Belém em abril de 1823, diferentemente das demais (à exceção do 15 de Agosto), possuía um caráter mais “regional”, já que remetia a um episódio ocorrido na província e que não foi instituído, em âmbito nacional, como um marco comemorativo oficial do Império, o que evidencia, contrariamente, o caráter centralizador da política de definição dos dias cívicos da nação. Ainda assim, para os legisladores belenenses, o 14 de abril parecia ter grande relevância, já que foi retomado e inserido no conjunto de datas celebradas, ao lado dos outros marcos oficiais.

²⁰ O sufocamento do movimento do dia 14 de abril não significou, contudo, a cessação das tensões na província do Grão-Pará. Em maio do mesmo ano, mas em Muaná, interior do Pará, houve um movimento semelhante, também de adesão à causa da emancipação do Brasil. Na ocasião, alguns participantes do 14 de abril, que haviam fugido da prisão em Belém, juntamente com o proprietário José Pedro de Azevedo, proclamaram na vila a Independência. Entretanto, o governador das armas, José Maria Moura, ao saber da ocorrência, mobilizou tropas, sob o comando de Francisco José Ribeiro, que após algumas horas de confronto acabou por sufocar o movimento. Os presos, levados à capital, foram também remetidos a Lisboa (Raiol, 2023).

Além da data em si, o 14 de abril também foi comemorado por meio da atribuição dos nomes de integrantes do movimento às ruas da cidade. Nesse sentido, em sessão realizada pela Câmara Municipal de Belém em 16 de julho de 1868, após a apreciação do parecer da comissão arrumadora e a consulta à planta dos terrenos na área da estrada de São Jerônimo, atual avenida Governador José Malcher, decidiu-se que:

(...)

3º que do segundo quarteirão em diante sigão as linhas divisórias de todos os terrenos o parallelismo da travessa “Sousa Franco”.

Neste sentido vão expedir-se as convenientes ordens.

O sr presidente propõe que se denominem as novas ruas depois da estrada de São Jeronimo para o lado do norte.

A câmara dá a seguinte denominação no sentido do proposto, a saber:

1ª Joao Balby

2ª Boaventura da Silva

3ª Domingos Marreiros

4ª Antonio Barreto

5ª Diogo Moya

6ª Oliveira Bello

7ª Bernal do Couto

Por terem estes indivíduos prestados valiosos serviços a causa da emancipação politica do Império, e pelo que forão pelo Governo Portuguez deportados desta província (Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1862-1868, doc. 25)

Como pode-se ver, para os legisladores da capital, a opção pelos nomes dos militares que participaram do movimento do dia 14 de abril de 1823 justificou-se pelos “valiosos serviços a causa da emancipação política do Império”, pelo o que foram deportados da província. Mas o que teria sido esse “valioso serviço prestado”? Para responder a essa pergunta, é necessário levar em consideração a maneira como esse momento era apresentado, isto é, interpretado.

Assim sendo, em 1865, Domingos Raiol²¹ publicou o primeiro tomo da obra *Motins Políticos*, na qual narra os acontecimentos desse dia. Segundo o autor, em um contexto marcado pela oposição entre os defensores da metrópole, que buscavam impedir a separação do Brasil, e os partidários da Independência, “que lutavam pelo triunfo de suas ideias”, tomou forma, entre os dias 13 e 14, o “plano da revolução a favor da independência” (Raiol, 2023, p. 41).

Idealizado pelos “sectários da independência”, o plano previa a tomada de pontos estratégicos de defesa da cidade, como o Trem de Guerra, o parque e o quartel de artilharia, com o objetivo de “conquistar pela força o reconhecimento da independência”. Contudo, o

²¹ Domingos Antônio Raiol nasceu em Vigia, no Grão-Pará, em 1830. Em vida, foi um advogado, político e autor de diversas obras, como *Motins políticos*, editado ao longo da segunda metade do século XIX. Ainda dentro da sua atuação intelectual, Raiol foi, a partir de 1866, membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838. A respeito da sua trajetória intelectual e política, ver: LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Os motins políticos de um ilustrado liberal: História, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX. Orientadora: Magda Ricci. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2010.

movimento, já denunciado na noite anterior, foi rapidamente sufocado na manhã do dia 14, quando o capitão Boaventura da Silva, para evitar o derramamento de sangue, optou pela rendição. Os integrantes presos, posteriormente, foram enviados a Lisboa.

Ainda que a obra do Barão do Guajará não seja o foco deste trabalho, ela oferece pistas de como o episódio do 14 de abril era interpretado na década de 1860. Analisando a maneira como esse momento foi narrado pelo autor, ele possuía um tom legítimo, sendo a manifestação do desejo que havia entre os habitantes da cidade de fazer parte do Império brasileiro, haja vista que a opinião pública, segundo Raiol (2023), era favorável aos partidários da Independência. Por esse olhar, é possível inferir que ao qualificar esse episódio como um “valioso serviço a causa da emancipação política do Império”, os vereadores belenenses atribuíam a ele um grande valor.

Dessa forma, é possível compreender porque os vereadores belenenses atribuíam ao episódio o status de “valioso serviço” à emancipação do Império. Por isso, os nomes de seus protagonistas não deveriam cair no esquecimento. Pelo contrário: deveriam ser celebrados, por representarem a adesão do Grão-Pará ao projeto de emancipação nacional.

Nesse contexto, a construção de uma memória sobre o passado da província possibilitou o estabelecimento de uma narrativa heroica, protagonizada por indivíduos que lutaram pela causa emancipacionista e, em decorrência disso, foram punidos com a deportação. Seguindo a lógica da elaboração da memória histórica no Império, que buscava salvar do esquecimento os seus melhores filhos (Reis, 1999), esses personagens poderiam ser retratados como “grandes homens”, dignos de resgate e fixação na história como exemplos de dedicação à nação e de serviços prestados à sua Independência.

Portanto, a personalização do dia 14 de abril, a partir da valorização de seus protagonistas, assume também um papel pedagógico, ao oferecer modelos de lealdade e sacrifício à causa nacional.

Ademais, é importante destacar o caráter seletivo dessas homenagens. Como aponta Domingos Raiol (2023), muitos participaram do movimento ocorrido entre os dias 13 e 14 de abril de 1823, incluindo civis e militares. Contudo, nem todos foram resgatados simbolicamente pela Câmara Municipal em 1868. Tal fato, ademais, evidencia um processo seletivo, ou mais precisamente, um duplo processo de seleção.

Primeiramente, porque, entre tantos episódios possíveis de serem celebrados, como a adesão oficial da província em agosto daquele mesmo ano, o momento escolhido foi o 14 de abril. Segundo justificaram à época os vereadores, essa escolha se baseou na interpretação de

que os homenageados haviam prestado “valiosos serviços à causa da emancipação política do Império”.

Em segundo lugar, porque, mesmo entre os envolvidos nesse acontecimento, nem todos foram lembrados por meio da nomeação de logradouros em Belém. Retomando a obra *Motins Políticos*, de Domingos Raiol (2023), observa-se que os nomes atribuídos às ruas abertas naquele período faziam referência, sobretudo, aos militares do 2º Regimento de Infantaria, sob o comando de Boaventura da Silva, e que tiveram participação ativa nos acontecimentos desse dia. Entretanto, nem todos os participantes foram lembrados²². O alferes José Martins e o porta-estandarte José Francisco Ferreira Ribeiro, também membros desse regimento, por exemplo, não figuraram entre os homenageados de 1868. As razões para essa distinção, contudo, permanecem, ao menos nesse momento, desconhecidas, haja vista as fontes consultadas não nos permitiram compreendê-las.

Por outro lado, é importante notar que a memória da participação de alguns civis também foi incorporada ao espaço urbano. Foi o caso de Bernardo de Souza Franco, cujo nome inspirou a nomeação de uma travessa. Além dele, Manuel Evaristo, Caetano Rufino e Soares Carneiro foram igualmente homenageados com nomes de ruas que passaram a compor o espaço urbano de Belém (Cruz, 1992), evidenciando também a participação civil no movimento.

Ademais, além dos “valiosos serviços prestados”, a justificativa pela adoção dos nomes dos militares mencionou o fato deles terem sido deportados da província, o que ocorreu em julho de 1823 (Raiol, 2023). Entretanto, é possível inferir que alguns deles, posteriormente, retornaram à província. Como exemplo disso, houve o caso de Bernardo de Souza Franco, que nos anos seguintes exerceu os cargos de vice-presidente do Grão-Pará e de representante da província na corte. Foi dele, inclusive, a proposta de nomeação da rua Nova como rua Nova do Imperador, em 1842, quando ocupava o cargo vice-presidente da província.

Nesse contexto, a sua presença na vida política da província nos chama a atenção para um ponto importante: a possibilidade de o seu nome estar presente no espaço público da cidade, por meio da toponímia, não só devido a sua participação no evento de 1823, mas também por

²² No processo de repressão ao movimento de 14 de abril de 1823, nos informa Raiol (2023), os revoltosos foram presos e recolhidos à Fortaleza da Barra, no caso dos militares, e à cadeia pública, no caso dos paisanos. Muitos, entretanto, conseguiram fugir para fora da cidade. Domingos Raiol (2023) apresenta alguns nomes dos participantes que, ao final do movimento, foram presos. Além disso, observando os requerimentos de retorno à província, solicitados ao rei D. João VI, entre 1823 e 1824, é possível inferir que muitos foram remetidos a Fortaleza de São Julião da Barra, em Lisboa, por participarem do 14 de abril. A esse respeito, consultar o Projeto Resgate, na Hemeroteca Digital Brasileira, especificamente: AHU_ACL_CU_013, Cx. 160; AHU_ACL_CU_013, Cx. 161; AHU_ACL_CU_013, Cx. 162; e AHU_ACL_CU_013, Cx. 163.

conta da sua atuação política nos anos seguintes. Assim, a presença de figuras como Souza Franco no governo provincial, por exemplo, demonstra como o passado e o presente político poderiam se “entrelaçar”, já que ao homenagear Souza Franco, os administradores municipais poderiam retomar tanto o passado de participante do 14 de Abril, quanto a atividade política exercida por ele em um momento posterior.

Em prosseguimento, como dito anteriormente, na construção da história nacional, buscou-se, a despeito das diferenças regionais, enfatizar a unidade. Nesse cenário, José Maia Bezerra Neto (2011) observa que para uma jovem nação que buscava consolidar a sua emancipação, o 7 de setembro era a efeméride de maior envergadura. Assim, em meados do século XIX, parecia não haver muito empenho oficial do governo imperial em celebrar as “adesões” provinciais, mas tão somente o Sete de Setembro.

Dessa maneira, as efemérides provinciais passaram a ser celebradas, e a ter um maior apelo social, somente nas décadas finais da monarquia, mas com os festejos sendo organizados principalmente pelas sociedades mutualistas, patrióticas e abolicionistas, que foram criadas nesse momento (Bezerra Neto, 2011).

Diante disso, é interessante notar como a celebração da Independência foi realizada por um outro momento, além do 15 de agosto e até do 7 de setembro. Mas por que o 14 de abril? Possivelmente, a escolha por retomar essa data se deu pela interpretação dele como “valioso serviço” em prol da emancipação, isto é, da unidade nacional. Assim, na década de 1860, rememorar esse episódio significava reposicionar a província como parte ativa na formação do Brasil independente, já que nela se prestou um “valioso serviço” a causa da emancipação nacional. Logo, ao resgatá-lo, conferia-se a ele um novo sentido, marcado por um tom patriótico: o movimento passava a representar anuência à causa do Brasil na província.

A seguir, outro ponto a ser destacado é que a memória do 14 de abril não foi retomada apenas pelos vereadores. Ela também foi reivindicada por meio de um artigo publicado em 15 de abril de 1856 no periódico *Treze de Maio*. Na edição nº 711, encontra-se um texto assinado por um “constante leitor”, intitulado *O dia 14 de Abril*. Publicado na terceira página do jornal, o artigo questiona o esquecimento da data naquele ano. Em 1855, o folhetim paraense havia comemorado o evento, mas, em 1856, a celebração foi suprimida. Até mesmo a Assembleia Provincial, que antes havia declarado o dia como data de gala, já o havia revogado.

Assim, para o autor:

Passou despercebido, sem que uma voz de saudação se ouvisse a esse dia em que nas margens do Gram-Pará ressoou pela primeira vez o brado do Ypiranga.

Um acto da Assembléa Legislativa Provincial o havia considerado de galla na provincia; mas foi derogado. A folhinha paraense do anno de 1855 o commemorou como o primeiro em que denodados e briosos brasileiros aqui proclamaram a

Independência e o Imperador; acha-se porém eliminada essa comemoração na folhinha paraense deste anno. E quem haverá aqui que tenha hoje em recordação, como tem os americanos do Norte, e os brasileiros do Sul, o dia glorioso da Independência, e os nomes dos benemeritos da patria?

Dos que fizeram tremular pela primeira vez, sobre os muros da inclida Belém, o auri-verde pendão da liberdade já poucos existem, e desses poucos apenas um ou outro tem o distintivo que foi dado aos primeiros proclamadores da Independência e do Imperador nas outras provincias. Talvez que até nos registros publicos já se não achem os nomes delles com as honrosas menção em que devem estar; mas existem gravados para sempre no coração da patria!

A sua modestia, Senr. Editor, e a dos outros benemeritos, que arriscaram a vida pela patria no memoravel 14 de abril, não deve ir a ponto de privar aos seus concidadãos da publicação desses nomes e feitos dignos de comemoração.

Rogo-lhe, pois, que os publique em honra do paiz, e até a bem da historia, já que, á falta de noticias, ha quem pense e tenha dito que esta provincia foi a ultima do Imperio que adherio á Independência, e com a publicação desta terá mais uma occasião do reconhecimento. (Treze de Maio, 15/04/1856, p. 3)

Para o “constante leitor”, a referida revolta, como marco da primeira vez que se ouviu no Gram-Pará o “brado do ypiranga”, não era devidamente lembrada, assim como os nomes dos “beneméritos da pátria”, que eram recordados pelos “americanos do norte” e pelos “brazileiros do sul”. Para o “leitor”, entretanto, era necessário lembrar tanto a revolta quanto os nomes que dela participaram, inclusive o nome do proprietário do jornal, Honório José dos Santos, um dos presos ao fim do movimento. Possivelmente, o autor desse artigo deve ter ficado satisfeito com as nomeações que ocorreram em 1868, haja vista que celebraram essa memória e alguns dos seus participantes.

Desse modo, entre as décadas de 1840 e 1870, observa-se uma reconfiguração nos nomes de alguns espaços de circulação em Belém. Nesse contexto, as ruas passaram a desempenhar um papel importante na difusão da memória histórica do Império, inscrita no próprio espaço urbano da cidade em forma de nomenclatura. Ao mesmo tempo, a província foi consolidando sua própria narrativa histórica, produto tanto da memória quanto do esquecimento.

Nesse processo, o Estado, principalmente por meio de seus administradores municipais, exerceu um papel ativo ao reforçar os marcos comemorativos da província, como o 15 de agosto e o 14 de abril, bem como os personagens considerados dignos de celebração, a exemplo dos participantes do 14 de abril e dos presidentes de província, que se somaram aos marcos nacionais também reproduzidos nos logradouros na construção de um sentido oficial para esse passado. Nesse processo, nota-se que a Independência ocupou posição central nesse conjunto de referências, ainda que coexistisse com outras memórias locais, como a referência aos presidentes de província. A partir dela, o elo entre a província e o Império era reforçado, incrementando então a unidade na província a partir de uma memória que caminhava no sentido da centralização em torno da ideia de Nação.

Além do mais, ao retomar o momento da Independência brasileira, é interessante notar como os vereadores municipais o fizeram a partir de um momento que esteve ausente dos marcos oficiais definidos pelo governo central. Essa construção memorial, então, retomava esse processo a partir de uma outra leitura. Ao 7 de Setembro, somava-se o 14 de Abril. A D. Pedro I e José Bonifácio, somava-se Boaventura da Silva, Diego Moia e Antônio Barreto, entre outros, que haviam também prestado valiosos serviços a causa da emancipação nacional.

Apesar de aludirem a personagens exteriores aos marcos definidos pela Estado imperial, isso não significou que a memória oficial produzida pelo governo central fosse rechaçada na província, afinal de contas o Sete de Setembro, assim como D. Pedro I e José Bonifácio também estiveram presentes nas ruas da cidade. À narrativa oficial, portanto, somou-se uma outra interpretação do passado, na qual a província ganhava também um papel importante, como local onde houve sujeitos que também contribuíram para a emancipação política do Império.

Assim, se a necessidade de construir um passado para o Império foi reconhecida (Reis, 1999; Guimarães, 1988), a exigência da sua difusão, visando moldar a memória histórica como memória nacional, também foi requerida. No caso belenense, a difusão dessa memória a respeito da trajetória do Império e do seu processo de emancipação na província passou pela construção desses lugares de homenagens, que passaram a funcionar como referências simbólicas de um passado alinhado ao presente de harmonia entre o Pará e o Império do Brasil. Tal memória, e por extensão também o esquecimento, assim, não falou de tensões ou conflitos, mas sim de coesão, simbolizada pela celebração dos marcos do Império e do 14 de abril como marco da província e do povo paraense.

Isso, adiante, contribuía para a formação de um imaginário social, a partir do qual os valores condizentes com a ordem daquele momento eram reforçados. Afinal, como destaca José Murilo de Carvalho (1990), a elaboração de um imaginário social é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. Apesar da construção desse imaginário, dentro da política imperial, vim desde o Primeiro Reinado, é somente no Segundo que o Estado imperial se consolida.

Ademais, se havia, nesse momento, o interesse em formatar um imaginário social, ele também foi expresso na província. Nesse sentido, Lima (2016) lembra que, em princípios da década de 1840, houve, por parte de sujeitos que residiam no Grão-Pará, mas que tinham ligação com o governo central, exercendo as mais variadas funções (militares, políticas ou comerciais) em Belém, a intenção fortalecer nos habitantes o estabelecimento de memórias e valores adequados a ordem em ascensão, que era centralizada na figura do Imperador. Reproduzir a memória histórica do Império, assim como produzir um sentido ativo na trajetória histórica do

Império a partir do 14 de abril, era, então, uma forma socializar memórias com tons consensuais, que frisavam a harmonia entre a província e o Império.

Assim, potencialmente, essa construção memorial poderia alimentar a percepção dos habitantes, que transitavam cotidianamente por essas ruas, como integrantes do corpo social brasileiro. Portanto, essa narrativa também fortalecia a identidade nacional na cidade. Afinal, a partir desses pontos de referência estabelecidos, os habitantes da capital poderiam ser “imaginar” como membros de uma comunidade, isto é, como brasileiros integrantes da Nação. Mobilizar o passado, foi, então, uma estratégia simbólica de constituir uma comunidade imaginada (Anderson, 2008). Nessa conjuntura, Elza Nadai lembra que:

O passado aparece, portanto, de maneira a homogeneizar e a unificar as ações humanas na constituição de uma cultura nacional. A história se apresenta, assim, como uma das disciplinas fundamentais no processo de formação de uma identidade comum - o cidadão nacional - destinado a continuar a obra de organização da nação brasileira (Nadai, 2001, p. 25)

O passado, assim como a narrativa construída sobre ele por meio da história e da memória difundida pelas nomenclaturas, desempenhou um papel fundamental, reconhecido como indispensável à formação de uma identidade comum do cidadão nacional. Desse modo, a recuperação e a valorização dele vão além da simples preservação da memória, tendo uma função importante para o fomento de um sentimento coletivo de pertencimento à Nação.

Ao ser mobilizado como ferramenta de unificação, essa narrativa fabricada acerca do passado do Império e da província contribuía diretamente para a construção de uma identidade nacional que, por sua vez, legitimava o presente, o governo central na província e a manutenção do *status quo*. Isso porque, ao enfatizar a coesão e a harmonia por meio dessa interpretação dos acontecimentos, criava-se um ambiente simbólico em que não havia espaço para questionamentos ou movimentos que ameaçassem a ordem estabelecida, como ocorrido durante a Cabanagem. Essa memória, portanto, indicava aos habitantes um novo caminho a seguir: o de cidadãos integrados à Nação, em oposição ao da revolta, da tensão e do conflito, que deveriam ser esquecidos.

Simultaneamente, para o governo central, ela funcionava como um sinal de adesão ao projeto imperial, isto é, à unidade em torno do governo central e do Imperador, afastando-se dos projetos descentralizadores verificados desde o Primeiro Reinado e manifestados em forma de revoltas durante o período Regencial. Ao enfatizar a celebração de D. Pedro II, das datas nacionais e da Independência, a partir do 7 de setembro, do 15 de agosto e, principalmente do 14 de abril, a ordem imperial, e juntamente com ela o poder provincial exercido pelas elites

políticas, era prontamente incrementada e legitimada. Afinal de contas, legitimar a ordem imperial era legitimar aqueles que a representavam na província.

Dessa maneira, a memória, no período seguinte à Cabanagem e durante a segunda metade do século XIX, teve uma relevância acentuada em Belém. Para Magda Ricci, o embate por ela se fez presente e nele houve um apagamento das lutas sociais e do ideário revolucionário:

De um lado, a história da Cabanagem e, de outro, o apagamento sistemático que os homens do Grão-Pará e do Brasil impuseram após 1860 às lutas sociais e ao ideário revolucionário das décadas de 1820 e 1830 no antigo Grão-Pará. História e memória se tocam o tempo todo, e nós não podemos trabalhá-los isoladamente. A unidade imperial foi fruto do período de 1850 a 1860 no Grão-Pará, ganhando força durante a fase inicial da borracha amazônica (Ricci, 2009, p. 222).

O fortalecimento da unidade imperial na província, entre as décadas de 1850 e 1860, coincide com o momento em que o padrão dos nomes dados às ruas belenenses passam a fazer referência à história do Império. As ruas, então, como um lugar de memória (Nora, 1993), passaram a trazer os marcos da trajetória nacional em seus nomes, destacando a memória da Independência, algo que era importante naquele momento para fomentar nos indivíduos um sentimento de identidade nacional e, também, consolidar a ordem imperial no Grão-Pará. Paralelamente a isso, houve também o apagamento, esquecimento, ou silenciamento, do passado revolucionário da província.

Assim, a escolha dos nomes das ruas de Belém, a partir da segunda metade do século XIX, não foi um ato ao acaso, podendo ser interpretada como parte de um projeto simbólico mais amplo, que buscava reforçar a identidade imperial e silenciar memórias insurgentes, construindo, para isso, um outro sentido para o passado e, especialmente, para a Independência. O ato de nomear uma rua, nesse sentido, está longe ser um mero acaso. Afinal de contas, como lembra Benedito Dias (2000), esse processo é justamente uma das formas de perenizar a memória oficial por meio de personagens e fatos da história nacional.

Nesse sentido, é importante salientar que a memória também possuía um caráter pedagógico. Afinal, no contexto do Segundo Reinado, era necessário encontrar no passado as referências luso-brasileiras, ou seja, os grandes vultos, as efemérides do país e os filhos distintos, cujas ações servissem de referência e modelos para as futuras gerações (Reis, 1999). Trazer o nome daqueles que lutaram pela emancipação, como os participantes da revolta de 14 de abril de 1823, era então definir exemplos para os belenenses.

Portanto, se em Belém as ruas foram pensadas a partir do ponto de vista material e social, com as reformas, com o embelezamento, com a arborização e com os códigos de postura que regulavam comportamento e hábitos, elas também foram pensadas a partir do ponto de vista

simbólico, que, aliás, perpassa os campos da materialidade e sociabilidade. Se se buscou apagar as marcas da Cabanagem, higienizando-as das marcas cabanas, buscou-se também “construir uma memória a partir da ótica do vencedor” (Ferreira, 2009, p. 2). Isso se deu tanto por meio da exaltação do Treze de Maio, quanto pela celebração da ordem imperial na cidade a partir da memória histórica nela depositada. Nesse processo, às ruas da cidade, um novo sentido foi atribuído. Elas então se tornaram um espaço de sacralização da memória histórica.

Contudo, apesar do tom consensual que essa memória poderia ter, isso não significou o fim das contradições que existiam no interior do Império. Como lembra José Carlos Reis (2009), os grandes protagonistas da história do império deveriam ser o homem branco e o Estado imperial. Mas teria sido isso eficaz, em um país de maioria negra e mestiça? Em uma nação que em que a cidadania era muito restrita? Essas são, sem dúvida, perguntas importantes de se fazer, apesar da dificuldade que pode haver em respondê-las.

Entretanto, o que se pode observar é que, se as renomeações propostas pelo vereador Zeca Pirão, em 2021, não são isentas de um sentido político, na medida em que buscam definir quem deve ser lembrado, as nomeações e renomeações que ganharam as ruas de Belém entre as décadas de 1840 e 1870, também não podem ser vistas como algo sem propósito. No fortalecimento dos ideais de civilização e da unidade imperial na Belém oitocentista, as ruas não podem ter os seus significados desconsiderados. Afinal, dentro da infraestrutura simbólica criada naquele momento, elas, ao que parece, foram também consideradas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ruas de Belém, espaço cotidianamente percorrido por quem transita pela cidade, nos oferecem muito o que pensar. Retomar a sua historicidade é também retomar uma outra Belém, que se revela a partir da sua materialidade e dos sentidos que, ao longo do tempo, foram dados ao espaço urbano. Nesse sentido, na Belém oitocentista, as reformas realizadas nas ruas, assim como os nomes que foram dados a esses espaços, revelam muito sobre a maneira como o espaço belenense foi pensado pelas autoridades municipais e provinciais. Nesse momento, tanto a reforma das ruas quanto as nomenclaturas dadas foram uma forma de atribuir, simbolicamente, novos valores às vias belenenses.

Diante disso, houve uma série de renomeações e nomeações que buscaram dar um sentido oficial à memória histórica do Império e da província. Assim, ao longo do oitocentos, as iniciativas, tanto do governo provincial quanto dos vereadores de Belém, no que diz respeito às vias belenenses, passaram a dar uma ênfase na memória nacional, expressa a partir dos nomes

dos logradouros da cidade. A partir da década de 1840, houve uma “deslusitanização” dessas nomenclaturas, concomitantemente a sua nacionalização, isto é, a referência a momentos e personagens da trajetória histórica do Império e da província. Tal movimento se enquadrou em um momento em que, a nível nacional, se objetivava construir uma memória e uma identidade nacional.

A nível provincial, a província e a cidade ainda tinham lembranças da revolta Cabana, seja nas recordações dos seus moradores, seja na estrutura física da cidade. A fabricação memorial aparece, nesse cenário, como uma maneira de reafirmar a ordem imperial na cidade. A seguir, a memória da Independência, a partir do 14 de abril de 1823, surge como um exemplo de “serviço” prestado na província a favor da emancipação política do Império que nascia no início da década de 1820, algo que foi expresso nas ruas a partir dos nomes daqueles que dela participaram. Assim, a memória que é enfatizada é a memória dos fatos memoráveis e dos grandes filhos da pátria (Reis, 1999), que deveriam servir como ponto de referência para os membros do coletivo, ou seja, tinha um caráter pedagógico.

Nesse quadro, a rua, para além da sua dimensão espacial e social, passa a receber uma função memorialística e simbólica, passando a figurar como um lugar onde a memória é depositada, tendo assim o dever de manter viva a reminiscência da história do Império e da emancipação nacional na província. Entretanto, por trás dessa atribuição de função havia também outros significados, como o endosso de uma determinada narrativa acerca da trajetória da província e do império, que passava por um movimento não só de memorização de um passado, mas também de esquecimento. A memória da Cabanagem, por exemplo, deveria ficar salvaguardada a partir da vitória da legalidade. Os conflitos internos e as contradições das desigualdades do Império deveriam ser ignorados.

A nível político, essa memória histórica, encabeçada pelos grupos dominantes, foi colocada na condição de memória oficial, tendo a função de estabelecer uma relação de coesão entre os membros que constituíam a coletividade, formando assim uma comunidade imaginada (Anderson, 2008). Desse modo, o sentimento de identidade era reforçado como forma de catalisar o sentimento de pertencimento. Contudo, a realização desta ação não significa que os resultados foram plenamente alcançados, principalmente se levarmos em conta que a sociedade do século XIX era composta por escravizados e iletrados, o que com certeza impunha limites na elaboração deste sentimento. Esse, por exemplo, é um limite para esta pesquisa. Nesse sentido, um primeiro apontamento a respeito da contribuição deste estudo para historiografia pode ser colocado justamente a partir disso: das perguntas que ela não responde. Com isso,

acredito que há um estímulo para novas pesquisas historiográficas que tenham como objeto a percepção da população diante da política de memória estabelecida no XIX.

Por outro lado, acredito que a abordagem da história belenense a partir da relação entre memória e espaço urbano oferece uma singela contribuição para uma historiografia já bastante vasta da Belém oitocentista. Assim sendo, essa pesquisa visa a ser um incentivo a novos estudos a respeito da história belenense, ao mesmo tempo em que busca somar aos vários trabalhos que se dedicaram à cidade das mangueiras.

Por fim, creio que esse trabalho também esteja contribuindo para a memória da cidade e da sua gente. Cotidianamente, milhares de pessoas trafegam pelas vias da cidade, construindo memórias e atribuindo significados aos lugares pelos quais elas passam. Nesse sentido, compreender a historicidade desses lugares nos permite perceber que eles são permeados por disputas e que um nome de uma via está longe de ser um mero acaso

FONTES

PERIÓDICOS

- Jornal “Treze de Maio”: N° 711, de 15 de abril de 1856.
Jornal “Treze de Maio”: N° 84, de 23 de novembro de 1861.
Jornal “O Liberal do Pará”: N° 78, de 07 de abril de 1870.
Jornal “O Liberal do Pará”: N° 202, de 05 de setembro de 1877.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA

Discurso recitado pelo exm. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco presidente da provincia do Pará quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de Agosto de 1839. Pará. Typographia de Santos & menor, 1839.

Governo da província do Pará. Discurso recitado pelo exm.° snr. Dr. João Antonio de Miranda no acto de dar posse da presidencia desta provincia ao exm.° snr. Vice almirante Tristão Pio dos Santos no dia 4 de novembro de 1840. Pará. Typographia de Santos & menor, 1840.

Governo da província do Pará. Falla dirigida pelo exm. Snr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho presidente da provincia do Gram-Pará Assembleia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1° de outubro de 1848. Pará. Typographia de Santos & Filhos, 1848.

Governo da província do Pará. Falla dirigida pelo exm. Snr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho presidente da provincia do Gram-Pará a Assembleia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura, no dia 1° de outubro de 1849. Pará. Typographia de Santos & Filhos, 1849.

Governo da Província do Pará. Relatorio do presidente da província do Gram-Pará o Exmo snr Dr. Fausto Augusto d’Aguiar na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da Assembleia provincial no dia 15 de agosto de 1851. Pará. Typographia de Santos & filhos, 1851.

Governo da província do Pará. Relatorio apresentado ao Illm. e Exm. Snr. Dr. João da Silva Carrão no acto de ser empossado da presidencia da provincia do Pará por Henrique de Beaurepaire-Rohan. Pará. Typographia de Santos e Filhos, 1857.

Governo da Provincia do Pará. Relatorio lido pelo exm. S. Vice-presidente da provincia Ambrosio Leitão da Cunha na abertura da primeira sessão ordinaria da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de Agosto de 1858. Pará. Typographia Comercial de Antonio Jose Rabello, 1858

ATAS E OFÍCIOS

Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Fundo da Câmara Municipal de Belém. Livro de Atas (1862-1868), doc. 25.

Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Fundo da Câmara Municipal de Belém. Livro de atas (1873-1876), doc. 31.

Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Fundo da Câmara Municipal de Belém. Livro de Atas (1876-1879), doc. 32.

Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Fundo da Câmara Municipal de Belém. Ofícios recebidos (1840), doc. 44.

Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Fundo da Câmara Municipal de Belém. Ofícios recebidos (1842-1843), doc. 46.

Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Fundo da Câmara Municipal de Belém. Ofícios recebidos (1844-1847), doc. 47.

Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Fundo da Câmara Municipal de Belém. Ofícios Recebidos (1848-1850), doc. 48.

COLEÇÃO DE LEIS DA PROVÍNCIA

Collecção das Leis da província do Gram-Pará de 1843. Pará. Typographia Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1855.

Collecção das Leis da província do Gram-Pará de 1846. Pará. Typographia Santos & filhos, 1854.

Collecção das Leis da província do Gram-Pará de 1848, tomo X. Pará. Typographia Santos & filhos, 1853.

Collecção das Leis da província do Gram-Pará de 1850, tomo XII. Pará. Typographia Santos & filhos, 1851.

Collecção das Leis da província do Gram-Pará de 1851, tomo XIII. Pará. Typographia Santos & filhos, 1851.

Collecção de Leis da Província do Gram-Pará de 1852, tomo XIV. Pará. Typographia Santos & filhos, 1852.

Collecção das Leis da província do Gram-Pará de 1854, tomo XVI. Pará. Typographia Santos & filhos.

Collecção das Leis da província do Gram-Pará de 1858, tomo XX, parte I. Pará. Typographia Santos & filhos.

Collecção das Leis da província do Gram-Pará de 1859, tomo XXI, parte I. Pará. Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

Collecção das Leis da província do Gram-Pará de 1860, tomo XXII, parte II. Pará. Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

Collecção das Leis da província do Gram-Pará de 1863, tomo XXV, parte I. Pará. Typographia do Jornal Amazonas, 1866.

Collecção das Leis da província do Gram-Pará de 1869, tomo XXXI, parte I. Pará. Typographia do Diário do Gram-Pará, 1870.

Índice ou repertório geral das Leis da Assembleia legislativa provincial do Gram-Pará (1838-1853) por André Curcino Benjamim. Typographia Commercial de Antonio Joze Rabello Guimarães, 1854.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória nas cidades. **Revista Território**, ano III, nº 4, p. 05-26, jan./jun., 1998.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BATES, Henry Walter. **O naturalista do rio Amazonas**. 1 vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará**: obras reunidas. Belém: UFPA, 1973.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840): a era regencial (1831-1840). *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**: - volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II, cap. II, p. 55-119.

BEZERRA NETO, José Maia. A segunda independência. Emancipadores, abolicionistas e as emancipações do Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n. 2, p. 87-100, dez. 2011.

BRITO, Adilson Júnior Ishihara. **Viva a liberté!**: uma história vista de baixo da Independência brasileira na Amazônia. Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. v. 1. Belém: UFPA, 1973.

_____. **História de Belém**. v. 2. Belém: UFPA, 1973.

_____. **História do Pará**. v. 2. Belém: Universidade Federal do Estado do Pará, 1963.

_____. **Ruas de Belém**: significado histórico de suas denominações. 2. Ed. Belém: CEJUP, 1992.

D'ALMEIDA, Denilson. Ruas de Belém deverão mudar de nome em breve; entenda!. DOL, Belém, 29 de junho de 2021. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/660237/ruas-de-belem-deverao-mudar-de-nome-em-breve-entenda?d=1>. Acesso em 01 de junho de 2025.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. **História & Ensino**, Londrina, PR, v. 6, p. 103-120, jun. 2000.

FERREIRA, Eliana Ramos. **Cidade de malvadezas ou de matar "bicudos"**? Belém entre a Cabanagem e a belle époque. *In*: Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

FULLER, Cláudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859). **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 6, julho-dezembro de 2011, p. 52-66.

FURTADO, João Victor da Silva; MUNIZ, Érico Silva. Dentro e fora da cadeia pública: trabalho e reforma prisional na província do Grão-Pará (1830-1850). **Revista Faces da História**, Assis-SP, v.6, nº1, jan.-jun., 2019. p. 285-311.

FRANÇA, João. Paulo. A 'Rua do Esquecimento': a memória dominante nos logradouros centrais de Campina Grande-PB. **Revista Espacialidades**, v. 8, n. 01, p. 298-317, dez. 2015.

GONÇALVES, Gonçalo Rocha. Para que servem as ruas? A ação do Estado na mudança dos usos do espaço público urbano (séc. XIX-XX). **Ponto Urbe**, v. 2, p. 1-21, jul. 2008.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 5-27, jan. 1988.

KIDDER, Daniel P.. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil**: províncias do Norte. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James C.. **O Brasil e os brasileiros**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. II vol.

KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. **Almanack Braziliense**. São Paulo, nº 11, p. 52-61, mai. 2010.

KRAAY, Hendrik. 'Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade': comemorações da Independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. **Topoi**, v. 8, n. 14, pp. 9-36, jan.-jun. 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7. Ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. **Os motins políticos de um ilustrado liberal**: História, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX. Orientadora: Magda Ricci. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2010.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. **Entre batalhas e papéis**: a cabanagem e a imprensa brasileira na menoridade (1835-1840). Orientadora: Magda Ricci. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2016.

MALHEIROS, Rogério Guimarães; ROCHA, Genylton Odilon Rêdo da. A cidade de Belém e seu processo de modernização: aspectos históricos, econômicos e sociais acerca da constituição dos ideais de progresso e civilização (1840-1870). **Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**, v. 5, p. 178-212, 2013.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa universitária, 1966.

NADAI, Elza. O ensino de história e a "Pedagogia do Cidadão". In: PINSKY, Jaime. (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 9. ed. – São Paulo: Contexto, 2001. p. 23-29

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, Jul./Dez. 1993.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém**: (estudo de geografia urbana). Belém: UFPA, 1968. 1 v.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, p. 11-23, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, Goiânia, Brasil, v. 1, n. 1 p. 3-12, 2008

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Ananindeua, PA: Editora Cabana, 2023. I vol.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999

RICCI, Magda. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. *In:* KRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial:** volume II: 1831-1870. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 185-231.

_____. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. **Anais do Arquivo Público do Pará**, Belém, v. 4, p. 241-271, 2001.

_____. História, memória e patrimônio revolucionário: a reconstrução da cidade de Belém depois da Revolução cabana 1840 - 1860. *In:* ROSA, Lílian Rodrigues de Oliveira; RICCI, Magda Maria de Oliveira; SILVA, Adriana. (Org.). **Memória, identidades e políticas públicas de Cultura.** 1ed. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2016. p. 131-150.

_____. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

RICOER, Paul. **Memória, História e Esquecimento.** – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade? *In:* FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A F. **Cidade e história.** Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em arquitetura e urbanismo: ANPUR, 1992.

SILVA, Gleison Angelo da. **Vou à rua: estudos sobre os logradouros do centro de Fortaleza através da geografia e da toponímia.** 2019. 246 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SILVA, Gleilson Ângelo da. O nome da rua, da avenida e da praça: a mudança de denominação dos logradouros do Centro de Fortaleza (1810 – 1933). **Revista Do Departamento De Geografia**, v. 43, p. 1-17, jun. 2023.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **O Grão-Pará e a adesão à independência.** Ananindeua, PA: Editora Cabana, 2022.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.